



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

TERESA CID GONÇALVES

**UMA EDUCAÇÃO PARA A DIGNIDADE DA VIDA
HUMANA ATRAVÉS DA QUESTÃO DA
DELINQUÊNCIA JUVENIL**

Uma proposta para a transmissão de valores cristãos
no ensino secundário

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof. Doutor Jerónimo Trigo
Mestre Cristina Sá Carvalho

Lisboa
2014

ÍNDICE

ÍNDICE	1
INTRODUÇÃO.....	3
RELATÓRIO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADO	4
1ª PARTE- REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADO	4
1-Motivações para a docência em E.M.R.C. e para a frequência do mestrado.....	4
2- Motivações para a escolha do tema do relatório.....	5
3- Percurso efectuado no contexto da experiência lectiva na Prática de Ensino Supervisionado.....	7
a) <i>A experiência docente em contexto escolar e a sua dimensão organizacional</i>	7
a)1. <i>Aspectos organizacionais e planificação do ano</i>	8
a)2. <i>Níveis de organização realizados pelo grupo de estagiárias para o 10º ano</i>	10
b) <i>Avaliação do percurso efectuado ao longo da Prática de Ensino Supervisionado</i>	16
Breve reflexão sobre a Dignidade da Vida Humana.....	19
2ª PARTE- UMA EDUCAÇÃO PARA A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA ATRAVÉS DA QUESTÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	20
- AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO MORAL.....	20
- DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA MORAL NA ADOLESCÊNCIA.....	26
- HIERARQUIA DE VALORES/ VALORES ÉTICO-MORAIS ABSOLUTOS OU RELATIVOS.....	28
- O JUÍZO MORAL E A TOMADA DE DECISÃO.....	31
- OS JOVENS E A DELIQUÊNCIA.....	33
- A DELINQUÊNCIA JUVENIL NO CONTEXTO DE UMA DISCUSSÃO SOBRE OS VALORES MORAIS.....	40
- PUNIÇÃO NA DELINQUÊNCIA JUVENIL.....	45
- Tipos de Pena.....	45
- A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA.....	53
3ª PARTE- PROPOSTA DE UMA UNIDADE LECTIVA: UMA EDUCAÇÃO PARA A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA ATRAVÉS DA QUESTÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL UMA PROPOSTA PARA A TRANSMISSÃO DE VALORES CRISTÃOS NO ENSINO SECUNDÁRIO	58
CONCLUSÃO	63

APÊNDICES	65
PLANIFICAÇÃO DA LIÇÃO Nº 1.....	65
a) Anexo 1- Powerpoint.....	67
b) Anexo 2- Filme.....	68
c) Anexo 3- Texto.....	69
d) Anexo 4- Texto.....	71
PLANIFICAÇÃO DA LIÇÃO Nº 2.....	72
a) Anexo 5- Powerpoint.....	74
b) Anexo 6- Ficha.....	75
c) Anexo 7- Cartões de Valores.....	76
PLANIFICAÇÃO DA LIÇÃO Nº 3.....	77
a) Anexo 8- Powerpoint.....	79
b) Anexo 9- Histórias “Decisões e Escolhas”.....	80
c) Anexo 10- Histórias “Decisões e Escolhas”.....	81
d) Anexo 11- Histórias “Decisões e Escolhas”.....	83
e) Anexo 12- Histórias “Decisões e Escolhas”.....	85
f) Anexo 13- Cartões Decisões.....	87
PLANIFICAÇÃO DA LIÇÃO Nº 4.....	88
a) Anexo 14-Texto.....	90
b) Anexo 15- Filme.....	91
PLANIFICAÇÃO DA LIÇÃO Nº 5.....	92
a) Anexo 16- Texto.....	94
ACTIVIDADES.....	97
a) Anexo 17- Plano de Actividades.....	97
b) Anexo 18- Celebração da Missa de Natal.....	98
c) Anexo 19- Exposição de Natal.....	99
d) Anexo 20- Colóquio.....	100
e) Anexo 21- Visita de Estudo.....	101
f) Anexo 22- Diálogo Inter-Religioso.....	102
g) Anexo 23- Visita de Estudo.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o tema da Educação para a Dignidade da Vida Humana através da Questão da Delinquência Juvenil aplicado aos conteúdos programáticos no programa de E.M.R.C. para a Unidade Lectiva 2- Valores e Ética Cristã do Ensino Secundário. Trataremos também a questão da transmissão dos valores, porque, como adiante se verá, nos parece cumprir melhor as finalidades da disciplina e da unidade lectiva.

O trabalho é constituído por três partes, sendo a primeira aquela em que se explica o percurso realizado na leccionação da Prática de Ensino Supervisionada. A segunda parte do relatório contém uma reflexão acerca do papel da justiça social na delinquência e decorrente atribuição de penas, relacionando a questão da dignidade da vida humana com a importância que a educação dos jovens pode ter nas escolhas morais que estes devem realizar na sua vida. Na terceira parte, apresenta-se a proposta da unidade lectiva dirigida a alunos do ensino secundário, para a qual tende toda a reflexão anterior e que é o objectivo final do relatório. A unidade lectiva está elaborada de acordo com os critérios referidos no programa de educação moral religiosa católica.

RELATÓRIO FINAL DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

1ª PARTE – REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

1- Motivações para a docência em E.M.R.C. e para a frequência do mestrado

O gosto pelo ensino, por dar aulas, por contribuir para a educação dos mais jovens foi algo que surgiu desde muito cedo na minha vida.

Sentir que podia ajudar a transformar não apenas mentes, mas também corações, a educar os jovens de hoje para os valores, foi algo que sempre me cativou. Desejei, assim, ser uma professora que não transmitisse apenas conhecimentos aos alunos, mas que contribuísse para a criação de um meio aceitante e facilitador do seu desenvolvimento pessoal. (Arends, 1999).

Durante algum tempo, tive a possibilidade de ser catequista, o que me proporcionou uma experiência muito gratificante. E, passados alguns anos, surgiu a possibilidade de leccionar a disciplina de E.M.R.C. Juntando ao gosto de leccionar o desejo de educar os jovens para os valores, e oferecendo-se também a possibilidade de os ajudar na sua formação cristã e de poder estar ao serviço de Deus na educação dos jovens, ser docente de E.M.R.C. tornou-se num objectivo bem definido e um propósito a perseguir.

Por sentir a necessidade de uma formação adequada para leccionar a disciplina, optei pela frequência do Mestrado em Ciências Religiosas, na sua área de especialização de Educação Moral e Religiosa Católica.

2- Motivações para a escolha do tema do relatório

Durante a minha formação académica como psicóloga, centrei-me na problemática da transmissão dos valores. Aquando da realização do trabalho (Monografia de Licenciatura em Psicologia Educacional: “A Percepção que as Crianças de 9/10 anos e os seus Pais têm do Papel dos Avós na Construção dos Valores”) pude estudar a possível existência de diferenças na percepção que as crianças e os seus pais tinham do papel dos avós na construção dos valores, verificando que tanto os pais como as crianças consideram que os avós são importantes transmissores de valores aos seus netos, veiculando-lhes valores fundamentais para a sua formação e educação.

Ao trabalhar com adolescentes, pareceu-me que deveria abordar um dos valores mais importantes para a humanidade, e que tantas vezes não é respeitado, o valor da vida e o direito que cada ser humano tem à sua dignidade, o direito que tem de que a sua dignidade seja respeitada, de que não seja violada. A questão da dignidade humana e o direito à vida estão, aliás, claramente interligados pois a violação da vida também é uma violação da dignidade da pessoa.

A violação da vida vai contra os valores cristãos, contra um dos principais mandamentos cristãos, “Amai-vos uns aos outros, como Eu vos amei”, expressão de um amor absoluto de Deus por cada pessoa, e também contra o ensinamento de Jesus de que nos devemos perdoar mutuamente.

Esta temática da dignidade da vida humana é abordada no tema Valores de Ética Cristã da Unidade Lectiva 2 do Ensino Secundário. Nesse sentido, é importante equacionar, com os alunos, a perspetiva da ética cristã na defesa da dignidade da vida humana. O próprio Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, 2007, refere dois

modos diferentes de abordar este assunto, sendo o segundo o que me despertou mais interesse visto implicar a perspectiva religiosa:

“Há que reconhecer, contudo, que o mundo ético tem fundamentações diversificadas. A este título, podemos identificar duas grandes orientações éticas: uma que fundamenta os princípios e os valores de forma exclusivamente antropológica, sem qualquer referência à transcendência, outra que enquadra o mundo ético numa visão religiosa da vida. A segunda perspectiva é a que corresponde à natureza da Educação Moral e Religiosa Católica”.

O programa de E.M.R.C. afirma a necessidade de os alunos e docentes se debruçarem sobre uma questão tão importante como a dignidade da pessoa e o papel dos Cristãos na valorização da dignidade humana. A vida como um dom de Deus que é, tem de ser preservada, e como cristãos que somos temos o dever de a defender perante a sociedade que tantas vezes opta por não a respeitar. O professor de E.M.R.C. tem, assim, o dever de ter uma voz activa perante os seus alunos na defesa da vida, na defesa da dignidade humana. O professor de E.M.R.C. não poderia deixar de ter um papel muito importante na transmissão de valores aos seus alunos, e entre eles encontra-se o valor da vida.

3-Percurso efectuado no contexto da experiência lectiva na prática do Ensino Supervisionada

a)A experiência docente em contexto escolar e a sua dimensão organizacional

O ano de estágio realizou-se numa Escola Secundária com uma cultura própria, o que implicou a contextualização da leccionação, específica ao seu projecto educativo, bem como a elaboração e execução de planificações.

O ano de estágio foi para mim uma mais-valia no meu processo de ensino-aprendizagem. O estágio permitiu-me aprofundar e adquirir novos conhecimentos, aprender novas metodologias e desenvolver novos materiais que fossem motivadores e facilitadores da aprendizagem dos alunos.

O estágio permitiu-me não só melhorar a competência a nível científico, mas também a nível relacional. Considero que o professor de Educação Moral e Religiosa Católica não deve ser visto pelos alunos apenas como um professor que lhes ensina determinada matéria, que lhes transmite conhecimentos, mas também como um professor que está atento às suas necessidades, como alguém com quem podem contar e que os ajuda nas suas dificuldades. A minha principal preocupação foi e é ir ao encontro das necessidades individuais de cada aluno, procurando dar a cada um aquilo de que necessita, e ser capaz de estimular e desafiar aqueles que não têm motivação para aprender. Acima de tudo, preocupa-me ensinar os meus alunos a serem melhores pessoas, melhores cidadãos.

Considero que ter realizado o estágio no âmbito do secundário foi uma oportunidade e um desafio para um maior aprofundamento das temáticas a abordar. Estagiar no secundário exigiu maior preparação e conhecimento dos temas, facultando-me ao mesmo tempo grande enriquecimento a nível académico. O estágio cria novas

oportunidades de aprendizagem e “desinstala-nos” de uma gestão e planificação mais habitual do programa, exigindo do estagiário o ser capaz de criar e adaptar as suas planificações à realidade dos alunos.

Nesse sentido, considero que o estágio me permitiu aprofundar os meus conhecimentos académicos, bem como transmitir aos meus alunos a paixão que sempre tive pelo ensino.

1. Aspectos organizacionais e planificação do ano

- Caracterização da Escola

A Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho situa-se no centro de Lisboa, na Rua Rodrigo da Fonseca, entre a zona do Marquês de Pombal e o Centro Comercial Amoreiras, desde 1933/34, apesar da escola funcionar desde 1885, mas noutras instalações. Esta foi uma escola exclusivamente feminina até à revolução do 25 de Abril de 1974, tendo tido as primeiras turmas mistas em 1975/76.

É uma escola exclusivamente de ensino secundário, com cursos diurnos e nocturnos; nos cursos diurnos, oferece Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais e um curso Profissional de Animador Sociocultural.

A escola tem cerca de centena e meia de professores. A maioria dos docentes faz parte do Quadro de Escola, sendo professores efectivos nesta escola há muitos anos, pelo que o corpo docente é estável, com experiência profissional e qualificado.

O pessoal não docente é escasso para a quantidade de alunos e para a dimensão do edifício.

O edifício da escola está exteriormente recuperado, mas apresenta sinais de degradação evidentes no seu interior, estando até salas de aulas encerradas.

A escola foi avaliada em 2006/07 pela IGE, tendo tido a classificação de Muito Bom em dois parâmetros (um deles, a prestação de serviço educativo) e nos restantes Bom.

A escola tem cerca de mil e quinhentos alunos, incluindo os do regime nocturno. Destes há 18 alunos inscritos na disciplina de EMRC. A maior parte dos alunos provém de famílias de nível médio-alto e alto (só cerca de 10 alunos, na escola, usufruem de apoio social escolar) e pretendem seguir estudos superiores.

Para além de aberta a alunos, a escola está também aberta à formação de professores, sendo núcleo de estágios da Universidade de Lisboa, da Universidade Autónoma e da Universidade Católica Portuguesa.

- Caracterização da Turma

A turma de Prática de Ensino Supervisionada é composta por 18 alunos, sendo 12 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A média de idades dos alunos é de 16 anos. Nenhum dos alunos é repetente. Os alunos encontram-se pela primeira vez nesta escola. A maioria provém do ensino particular e cooperativo. Pertencem a um estrato social médio-alto e alto. Todos os encarregados de educação trabalham no sector terciário, a maior parte é gestor de empresas (pais) e secretárias (mães). Os encarregados de educação dos alunos têm todos como nível de habilitações mínimo a licenciatura. Todos os alunos já frequentaram, em alguns anos do seu percurso escolar, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. E estão na área de Ciências e Tecnologias. Na sua totalidade, os alunos pretendem prosseguir estudos superiores. A maior parte reside no

concelho de Lisboa, próximo da escola, havendo um aluno que reside em Almada e outros dois alunos que residem mais distante da escola, numa distância superior a 30 minutos e envolvendo deslocações de transportes públicos (metro e autocarro).

Depois de uma apresentação da escola e das suas características, um dos primeiros pontos de trabalho prendeu-se com a distribuição das unidades lectivas a serem trabalhadas pelas duas professoras estagiárias designadas para essa escola. Foram definidos também os prazos para a apresentação da planificação anual e trimestral, e apresentada a justificação das competências a trabalhar no Secundário, neste caso no 10º ano, bem como a definição das datas para a realização das fichas de avaliação sumativa, a elaboração das mesmas, e a apresentação das respectivas grelhas de avaliação. Ficou também estabelecido que visitas de estudo iriam ser realizadas. Ainda se combinou com a professora cooperante que lhe seriam apresentadas as planificações de cada aula uns dias antes da leccionação, de forma a poder haver uma análise e correcção das mesmas caso fosse necessário.

Tudo isto permitiu uma boa gestão das tarefas a realizar ao longo do ano lectivo.

2. Níveis de organização realizada pelo grupo de estagiárias para o 10º ano

Como na escola onde estava a ser realizado o estágio existia apenas uma turma de E.M.R.C. (alunos do 10º ano), eu e a minha colega seleccionámos duas unidades cada uma para leccionarmos à turma. A mim coube-me a leccionação da unidade 2- “Valores e Ética Cristã” e da unidade 4- “A Civilização do amor”.

A unidade 2- “Valores e Ética Cristã” propõe que os alunos se questionem sobre o sentido das palavras “Ética” e “Moral” e da sua importância para a relação do

individuo consigo próprio e com os outros, bem como sobre os diversos tipos de valores; propõe ainda que, com base numa visão humanista e cristã da vida, organizem uma visão coerente do mundo. Um dos valores mencionados no programa é o valor da vida, do direito à vida, abordado a partir da problemática da pena de morte.

Por fim, nesta unidade o programa propõe ainda que se relacione o fundamento religioso da ética cristã com os princípios basilares que orientam o agir cristão, tendo como fundamento os textos bíblicos, e também que se interpretem produções culturais sobre os diversos tipos de valores.

Para desenvolver estas temáticas, é pedido aos alunos que reflitam sobre o significado das palavras Ética e Moral e sobre as várias tipologias de valores, para daí partirem para a hierarquia de valores, levantando a questão de os valores ético-morais serem absolutos ou relativos. O programa aborda também a temática da emergência moral, da estimativa moral, ou seja, da descoberta e assimilação dos valores éticos.

O programa propõe ainda que os alunos reflitam sobre quais os valores que os meios de comunicação social promovem e também quais os valores que estão presentes na palavra de Deus. Por fim, leva os alunos a pensarem no dom inestimável da vida, na dignidade da vida humana e na problemática da pena de morte.

Respeitante à unidade 2- “Valores e Ética Cristã”, foram lecionadas cinco aulas, a primeira sobre os Valores e Ética Cristã: Valor da Vida, a segunda sobre a Transmissão de Valores: Os Valores na Vida Pessoal e Profissional, a terceira sobre a Tomada de Decisão, a quarta sobre a Delinquência Juvenil e, por fim, a quinta aula sobre O Juízo Moral e a Tomada de Decisão: a Questão da Toxicodependência.

Na primeira aula da unidade lectiva 2 – “Valores e Ética Cristã”, começou-se por explicar aos alunos, com recurso a um PowerPoint, o conceito de Ética e de Valor. Partiu-se depois para a definição do Conceito de Ética Cristã e para a posição da Igreja

Católica face à defesa da vida, afirmando a vida como um Dom de Deus, um bem supremo, e remetendo também para a temática do aborto.

Com o objectivo de se abordar o sentido da vida, em defesa da vida humana, foi passado aos alunos um filme, “Odisseia da Vida”, que mostrava o desenvolvimento da vida intra-uterina. O filme despertou o interesse e o entusiasmo dos alunos. Os alunos comentaram que não tinham a noção de que ao final de tão pouco tempo, apenas algumas semanas, o bebé já começava a ganhar formas. No final do filme, deu-se início a um debate, onde todos os alunos defenderam o não ao aborto, justificando que através do visionamento do filme haviam compreendido que a vida humana tem início logo na fecundação e que, assim, ao realizar um aborto, estariam a matar uma vida.

Posteriormente, os alunos fizeram uma leitura e reflexão sobre o texto “Após um aborto... uma vida nova”. Na reflexão sobre o texto, os alunos foram bastante críticos em relação à personagem ter realizado um aborto, afirmando que, se estivessem no caso desta, não teriam feito um aborto, mas teriam dado a criança para adoção, por serem demasiado novos para criarem uma criança. A temática do aborto foi um tema que, por um lado, despertou o interesse dos alunos e que, por outro, permitiu que estes manifestassem as suas opiniões críticas face ao tema.

A segunda aula da unidade lectiva 2 – “Valores e Ética Cristã” incidiu sobre a Transmissão de Valores: Os Valores na Vida Pessoal e Profissional, e teve início com a apresentação de um PowerPoint, onde foi apresentada uma tipologia de valores e também os Valores Éticos comuns às grandes tradições religiosas. Os alunos, através da visualização dos diapositivos, compreenderam que existem valores que são universais, que são comuns às várias religiões, como o amor. Em seguida, os alunos preencheram uma ficha sobre a importância que cada um atribuía aos vários valores. Os alunos partilharam ideias sobre a importância que cada valor tem na sua vida e relacionaram-

nos com os valores que consideram relevantes na sua vida profissional. Os alunos tomaram consciência de que os seus valores pessoais interferem na escolha da profissão. Um dos alunos comentou que um dos valores a que dava importância era a questão monetária, daí ser importante para ele escolher uma profissão onde pudesse ganhar bastante dinheiro.

Para finalizar, foram distribuídos aos alunos alguns cartões com itens de valores, para que estes mencionassem as várias categorias de valor e a importância que estes valores tinham para eles. Os alunos mostraram-se motivados na realização do “jogo” dos cartões, e comentaram que era uma forma divertida de se reflectir e tomar consciência sobre a importância que cada valor tem na sua vida.

A terceira aula sobre a unidade lectiva 2 teve como finalidade consciencializar os alunos para a importância do processo de tomada de decisão. Chamou-se a atenção para a importância de tomarem decisões planeadas, e não decisões impulsivas e ao acaso. Os alunos no final do 9º ano tiveram de tomar uma decisão importante, relacionada com a área que iriam escolher no secundário, mas no final do 12º ano, também terão de tomar outra decisão importante, que se prende com a escolha do curso, para além de outras decisões e escolhas importantes que irão tomar ao longo da sua vida; daí que este processo de decisão tenha tanta importância. Nesse sentido, foi passado um PowerPoint aos alunos onde se descrevia as várias fases do processo de decisão. Os alunos compreenderam que os valores de cada pessoa não se podem dissociar da tomada de decisão, porque em cada tomada de decisão estão sempre presentes os nossos valores pessoais, aquilo em que acreditamos.

Depois da visualização do PowerPoint e do debate acerca da temática da importância da tomada de decisão, foi pedido aos alunos que se dividissem em quatro grupos, e cada grupo analisasse uma história. As histórias abordavam vários tipos de

tomada de decisões, decisões planejadas, decisões ao acaso, decisões impulsivas e decisões que combinam capacidades pessoais com requisitos de trabalho. Os alunos em grupo tinham de responder a algumas questões relacionadas com as histórias e, depois, eleger um porta-voz e partilhar as suas respostas com os restantes grupos. Os alunos mostraram-se muito motivados e interessados em trabalhar as histórias e concluíram que era importante tomarem decisões planejadas, e que para isso deveriam analisar as vantagens e desvantagens de cada situação e pedir a opinião de um adulto. E também tomaram consciência de que as decisões que tomam podem influenciar positiva ou negativamente a sua vida (exemplo de certos comportamentos de risco como a toxicod dependência). No final de trabalharem as histórias, foi distribuído aos alunos uns cartões, onde estes tinham que partilhar algumas decisões que já tinham tomado. Os alunos também gostaram bastante deste jogo e comentaram que era uma forma lúdica de reflectirem sobre a forma de como tinham tomado decisões, e de como a partir de agora deveriam pensar e reflectir acerca das decisões mais importantes.

Na quarta aula foi abordado o tema da delinquência juvenil. Os alunos começaram a aula por ler e comentar algumas frases acerca do tema. Posteriormente visualizaram um excerto do filme “O Bom Rebelde” e responderam a algumas questões acerca deste. Os alunos comentaram que era um tema interessante e participaram com entusiasmo. Os alunos no debate abordaram as causas e as consequências dos comportamentos delinquentes.

E por fim, a quinta aula foi sobre o Juízo Moral a Tomada de Decisão a partir da Questão da Toxicod dependência. Os alunos depois de terem lido em casa o livro: “A Lua de Joana” realizaram um debate sobre o juízo moral e a tomada de decisão e os comportamentos delinquentes na adolescência. Os alunos mostraram-se muito interessados no tema e comentaram casos de colegas que ao terem sido influenciados

por outros enveredaram pelo caminho da toxicodependência, acabando por destruir as suas vidas.

Após a exposição teórica pelo professor acerca do tema: valores éticos e ética cristã, os alunos mediante a leitura das frases da ficha de trabalho analisaram o tema dos valores morais a partir da delinquência nos jovens.

Para que as aulas se tornassem dinâmicas e interactivas, recorreu-se a powerpoints, vídeos, música, entre outros. O recurso a esses meios audiovisuais permitiu que os alunos, para além de mais motivados, estivessem mais interactivos e participantes, principalmente nos debates realizados.

Foram realizadas com os alunos várias actividades ao longo do ano lectivo. No 1º período, organizou-se uma visita de estudo à Sinagoga de Lisboa (anexo 53), uma Eucaristia de Natal (anexo 50), uma Exposição de Natal (anexo 51), e ainda uma conferência subordinada ao tema “Educar para a Solidariedade, Lutar contra a Pobreza” (anexo 52).

No 2º período, foi realizada uma visita de estudo à Quinta da Broeira (anexo 55) e um Diálogo inter-religioso com o tema “Voo dos Homens de Deus” (anexo 54), com a presença de representantes do Judaísmo, Cristianismo, Islamismo, Ba`hai e Budismo. Ao longo do ano lectivo, também foram realizadas umas folhas de reflexão denominadas “Em Sintonia”.

Estas actividades tiveram como objectivo, sobretudo, contribuir para o enriquecimento do Plano Anual de Actividades da Escola e para uma maior integração com a comunidade educativa.

Todo este trabalho de grupo da Prática de Ensino Supervisionada foi sendo realizado com a colaboração da professora cooperante, mas sendo sempre dada

liberdade às estagiárias na realização das actividades, atitude que também nos inspirava confiança e conferia responsabilidade.

b) *Avaliação do percurso efectuado ao longo da Prática de Ensino Supervisionada*

Foi uma evidente mais valia a realização da prática de Ensino Supervisionada, pois deu-me bases para enriquecer a minha leccionação na escola. Tenho consciência de que aos professores de hoje já não basta ter competência para ensinar as matérias escolares, mas é-lhes exigida uma maior proficiência em vários domínios, escolar, pedagógico, social e cultural, bem como capacidades de reflexão e resolução de problemas (Arends, 1999).

De acordo com Arends (1999), os professores devem ser capazes de estar em permanente processo de aprendizagem. À medida que o conhecimento necessário à execução do seu trabalho se modifica, têm de ser capazes de fazer face aos desafios que lhes vão surgindo, de forma a acompanharem o progresso da ciência e da tecnologia.

Um bom professor, também em meu entender, não é aquele que considera que já não tem mais nada para aprender, mas aquele para quem a aprendizagem é um percurso que se faz ao longo da vida, sendo para isso preciso descobrir o que necessitamos de aprender, como o fazer, e como ajudar os outros a tornar esse conhecimento significativo. Os professores devem ser capazes de um pensamento autónomo e de elaborar juízos críticos, porque só assim podem ajudar os alunos no seu processo de conhecimento, ou seja, os professores devem ser pessoas dotadas de um amplo conhecimento e de sentido de compreensão (Arends, 1999).

Um professor eficaz é aquele que conhece o conteúdo, domina os conceitos e domina os procedimentos, sendo capaz de torná-los compreensíveis para os alunos. Um

professor competente compreende como o conhecimento se desenvolve nos alunos. O professor eficaz é aquele que consegue simplificar ideias complicadas sem as reduzir a definições, ou seja, que torna os factos, procedimentos e conceitos compreensíveis para os alunos (Arends, 1999).

Um bom professor preocupa-se em fazer uma revisão da matéria leccionada antes do início da lição, procura estabelecer os objectivos da lição e apresentar a matéria em pequenas etapas com instruções claras e precisas. Preocupa-se que os alunos entendam a matéria e para isso coloca perguntas, espera o feedback dos alunos e fornece instruções explícitas para o trabalho a realizar.

No ensino secundário, o professor deve utilizar procedimentos que promovam a aquisição de conhecimentos e competências específicas dos alunos, deve aprofundar com fundamentação teórica as unidades que vai leccionar, sendo capaz de ir para além do programa, recorrendo a outra literatura que fundamente as temáticas abordadas. O professor no ensino secundário deve valer-se de apontamentos e ilustrações daquilo que vai dizer, de forma a ser capaz de ajudar os alunos a pensarem de uma forma mais estruturada. Deve redigir as suas explicações, e os exemplos que são dados devem ser preparados, sendo importante que os exemplos que são dados correspondam ao conceito que se quer explicar.

O professor deve mostrar conhecimento e competência e ajudar os alunos a tornarem-se independentes e auto regulados, a serem capazes de tomar decisões (Arends,1999).

Foram essas as ferramentas que a Prática de Ensino Supervisionada me facultou: por um lado, um amplo conhecimento do processo de ensino-aprendizagem, (reportório de práticas educativas: modelos, estratégias e procedimentos); e, por outro lado, também um maior sentido de compreensão para entender que é necessário uma actualização

constante, isto é, encarar o aprender a ensinar como um processo contínuo. Nesse sentido, considero que a Prática de Ensino Supervisionada me tornou possível corrigir e aperfeiçoar vários aspectos da minha prática lectiva, bem como, por exemplo, aspectos relacionados com a definição de estratégias e a sua aplicabilidade em função do tempo de aula previsto, e ainda a selecção e construção de materiais adequados à aprendizagem dos alunos.

Breve reflexão sobre a Dignidade da Vida Humana

O tema da unidade 2 do Ensino Secundário – Valores e Ética Cristã remete para o tema da Dignidade da Vida Humana. Numa sociedade pautada pelo consumismo e muitas vezes por algum egocentrismo, em que o eu, o meu bem estar, está em primazia em relação ao outro, afigura-se necessário contribuir para que os jovens, que serão os adultos de amanhã, se tornem mais generosos, capazes de se darem uns aos outros, de se porem no lugar dos outros e de cultivarem o valor da Vida, no respeito por cada vida humana.

Esta ênfase no grande significado da vida humana surge bem expressa na passagem seguinte de João Paulo II: “O Evangelho da Vida está no centro da mensagem de Jesus. Ao apresentar o núcleo central da sua missão redentora, Jesus diz ‘Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância’ (Jo 10, 10). Ele fala daquela vida ‘nova’ e ‘eterna’ que consiste na comunhão com o Pai, à qual todo o homem é gratuitamente chamado no Filho, por obra do Espírito Santificador. Mas é precisamente em tal Vida que todos os aspectos e momentos da Vida do homem adquirem significado” (João Paulo II, 1995, p.7).

Senti por isso a necessidade de reflectir com os meus alunos sobre o dom inestimável da vida, da dignidade da vida humana, uma vez que cabe ao professor de E.M.R.C. também o papel de educar os seus alunos para os valores e de despertar as suas consciências.

2ª PARTE- UMA EDUCAÇÃO PARA A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA ATRAVÉS DA QUESTÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

UMA PROPOSTA PARA A TRANSMISSÃO DE VALORES CRISTÃOS NO ENSINO SECUNDÁRIO

As Teorias do Desenvolvimento Moral

O julgamento moral

O conteúdo do juízo moral envolve aspectos relacionados com a ética e com a justiça. O modo como cada pessoa responde aos problemas relacionados com a ética e com a justiça é determinado pelo nosso sistema de valores (Sprinthall & Collins, 2011).

Um acto moral pressupõe um sujeito dotado de uma consciência moral, isto é, uma pessoa cuja consciência é capaz de distinguir o bem do mal, de orientar os seus actos e julgá-los segundo o seu valor.

Até ao século XVIII predominaram as teorias morais que defendem que esta consciência é inata, sendo portanto anterior a qualquer experiência. Por sua vez, na época contemporânea, predominam as teorias que afirmam que a mesma é adquirida em sociedade na nossa relação com os outros.

Autores como Piaget e Kohlberg desenvolveram teorias acerca do desenvolvimento moral, na perspectiva do juízo moral. Piaget, para além das suas investigações sobre o desenvolvimento cognitivo, também desenvolveu estudos acerca do desenvolvimento moral. Para Piaget, o raciocínio moral está relacionado com os estádios da cognição. A moral passaria então por diversos estádios, desde uma moralidade egocêntrica até uma moralidade cooperativa e baseada na reciprocidade.

Relativamente à moral Piaget (1920), (cit. por Carvalho, 2011) distingue 2 etapas:

1ª. Etapa: Heteronomia Moral: a criança vive numa atitude unilateral de respeito absoluto para com os mais velhos. As regras são impostas pela autoridade. E são vistas como imposições, não estando abertas a negociações. Nesta etapa, as crianças percebem a justiça como automática, ou seja, para elas quem é mau tem de ser punido e é certo ser punido de uma forma severa. O castigo é visto como uma forma automática decorrente da ofensa e a justiça é vista como algo que lhe é inerente.

2ª. Etapa: Autonomia Moral: Nesta etapa, estão presentes relações de cooperação, de altruísmo, de interesse pelo outro e de compaixão. Dá-se uma passagem para uma moral autónoma. O respeito pelas normas colectivas faz-se de um modo pessoal. Há também um uso consciente das regras e estas são passíveis de serem renegociáveis, ou seja, as regras são aceites por todos e só quando todos aceitam mudá-las podem então ser mudadas. A justiça é definida como tratamento igual e são tidas em conta as necessidades individuais. Quanto ao castigo a aplicar, procura-se que seja apropriado à ofensa (Piaget, 1920, cit. por Carvalho, 2011).

Piaget procurou estudar o desenvolvimento moral na criança para comprovar a relação entre o respeito e a moralidade, tendo para tal colocado às crianças de 6 a 12 anos questões morais em forma de dilemas.

Piaget (2005) chegou à conclusão de que existem três regras:

. regra motora: faz parte da fase pré-verbal, quando a criança ritualiza a sua acção sobre os objectos;

. regra coercitiva: caracterizada por ser uma fase na qual a criança compreende as regras como sagradas e imutáveis, porque considera aquele que as informa, o adulto, como superior e inatingível;

. regra racional: numa fase quase adolescente, as regras deixam de ser aceites como um dado adquirido, a menos que atendam às necessidades e/ou desejos do outro. Podem ser modificadas, desde que haja uma decisão e aceitação grupal (Piaget, 2005).

Piaget aborda ainda a noção de responsabilidade objectiva e subjectiva. Para ele, essa noção distingue-se pelo facto de, nos seus julgamentos morais, a criança mais nova aplicar uma responsabilidade objectiva, e a criança mais velha aplicar uma responsabilidade subjectiva. A primeira é devida à coacção moral (adulto) e a segunda, à cooperação (entre pares).

A Responsabilidade Objectiva é o momento em que:

O indivíduo julga os actos pelas suas consequências, e não pela sua intenção. Prevalece na criança a questão da obediência ou não às regras estabelecidas pelo adulto.

A Responsabilidade subjectiva é o momento em que:

Descentrada de seu egocentrismo, a criança começa a perceber a intencionalidade dos actos. Dá-se conta das consequências distintas que as acções possuem. Inicialmente, a criança segue um realismo moral, ou seja, o julgamento moral que a criança faz é condicionado pela influência da autoridade, do adulto, mas a pouco e pouco a criança começa a ser capaz de um julgamento moral mais autónomo (Piaget, 2005).

Relativamente à Noção de Justiça, Piaget menciona três tipos:

. justiça retributiva: está completamente ligada à ideia de sanção. O acto deve ser corrigido com uma punição correspondente da mesma;

. justiça distributiva: está ligada à ideia contrária à da sanção. O importante é repor, ao ofendido ou prejudicado, a perda;

. justiça imanente: novamente em presença de coacção adulta, a criança acredita haver, na justiça declarada por este, algo de sagrado e imutável.

Estas três noções de justiça estão presentes no desenvolvimento do juízo moral da criança. Para Piaget (2005), é pela interacção e pela cooperação que as ideias sobre a moralidade se vão modificando, ou seja, a punição deixa de ser automática, passando a ser consideradas as intenções e as circunstâncias. Esta mudança na moral deve-se também ao desenvolvimento cognitivo, à descentração cognitiva, mais propriamente à capacidade progressiva para aceitar a diferença de pontos de vista, sentimentos, valores e intenções como variáveis determinantes do julgamento moral.

Kohlberg (1981), (cit.por Carvalho, 2011) elaborou uma teoria de desenvolvimento moral, adaptando o trabalho realizado por Piaget para a cognição ao nível da moralidade. Na sua teoria, Kohlberg defende que o desenvolvimento do raciocínio lógico se faz através de uma sequência de estádios, e definiu o conteúdo de cada estádio de acordo com o tipo de pensamento predominante. Concluiu que o sistema de avaliações morais está associado a idades e a estádios específicos.

Para ele, o desenvolvimento moral dá-se pela interacção entre as estruturas cognitivas da criança e as variáveis estruturais do meio social. Isto vai permitir à criança justificar as normas morais e ao mesmo tempo fazê-la sentir-se intelectualmente motivada para a acção moral.

Kohlberg (1981), (cit.por Carvalho, 2011) analisa o desenvolvimento moral em termos de raciocínio moral. O autor define por princípio ético um procedimento ou um conjunto de orientações que tornam o sujeito capaz de confrontar escolhas morais alternativas, ou seja, dilemas morais. O princípio ético orienta o indivíduo sobre questões de natureza moral, como o conceito de justiça. O desenvolvimento moral e a

percepção dos factos interferem no julgamento da atribuição das penas. À medida que há uma progressão ao nível do desenvolvimento moral, os princípios morais tornam-se mais consistentes, mais universais e mais independentes dos valores culturais (Kohlberg & Elfenbein, 1975). A evolução da moral dá-se pelo conflito cognitivo que as experiências sociais provocam no sujeito, dando assim ao sujeito a oportunidade de interiorizar uma nova perspectiva social (Kohlberg, 1981, cit.por Carvalho, 2011).

Kohlberg (1977) propõe seis estádios e agrupa-os em três categorias: Pré-Convencional, Convencional e Pós-Convencional.

Na categoria Pré-Convencional, os valores morais assentam em acontecimentos externos. Os indivíduos consideram que as regras são determinadas pelos outros. A criança vê as regras como sendo boas ou más, certas ou erradas e as consequências são vistas como recompensa ou punição. A moralidade é algo externo, passa por aquilo que os adultos dizem que se deve fazer. Neste nível, a criança ainda não se compreende a si própria como fazendo parte de uma sociedade. Inserem-se, neste nível, as crianças até aos 9 anos, alguns adolescentes e adultos delinquentes (Kohlberg & Hersh, 1977).

Na categoria Convencional, os valores morais residem no desempenho de bons ou maus papéis, na manutenção da ordem convencional, e no ir ao encontro das expectativas dos outros (da família ou do grupo). Aqui os jovens adoptam regras do grupo e por vezes subordinam-lhe as suas necessidades. Os valores morais baseiam-se no cumprimento do bem ou das regras adequadas e na manutenção da ordem. É nesta categoria que se encontra a maioria dos adolescentes no ensino secundário e adultos, entre o estádio três e o estádio quatro (Kohlberg & Hersh, 1977).

Na categoria pós-convencional, já há um esforço para se definir os valores morais, e estes derivam de princípios que podem ser aplicados universalmente. Os indivíduos estabelecem os seus próprios valores em termos de princípios éticos que

escolheram seguir. Nesta categoria, principalmente no estágio seis, já se encontra presente uma orientação para uma tomada de consciência ou para princípios, não apenas para as regras sociais impostas, mas para princípios ligados às escolhas, que apelam para uma universalidade e consciência lógicas, sendo a consciência quem dirige. Aqui é usado também o respeito e a confiança mútua. O valor moral consiste na conformidade com padrões, direitos ou deveres partilhados com outras pessoas (Kohlberg & Hersh, 1977). Neste nível, as pessoas são capazes de se questionarem, por exemplo sobre o fundamento da boa sociedade, pensando-a de modo abstracto, considerando os direitos e valores que nela deveriam existir. Aqui localizam-se apenas a partir dos 20 anos, uma minoria de adultos.

Os seis estágios criados por Kohlberg são sistemas de pensamento que descrevem como é que os indivíduos raciocinam sobre questões relativas ao domínio moral e aos valores, ou seja, são níveis de raciocínio que representam a estrutura subjacente ao processo de pensamento do indivíduo.

A teoria da moral de Kohlberg é a teoria da justiça moral. Ao aplicar os seus dilemas nas pesquisas, considerava que há, certamente, uma relação entre as perspectivas de nível social e as perspectivas de nível moral: os estágios do juízo moral são estruturas de pensamento sobre a prescrição das regras e dos princípios que obrigam os indivíduos a agir por formas consideradas moralmente correctas (Kohlberg, 1981, cit. por Carvalho, 2011).

Desenvolvimento da Consciência Moral na Adolescência

De acordo com Stilwell (1991), (cit. por Carvalho, 2011) a consciência evolui através de cinco estádios, os quais têm cinco domínios específicos. O domínio base é a conceptualização da consciência e os demais são a moralização da vinculação, a responsividade moral-emocional e a volição moral. Segundo a autora, a estimulação moral dá-se pelas vinculações estabelecidas na infância e também pelo relacionamento com a família, com os pares, com os adultos, e também com instituições educativas, religiões, entre outras.

Por vezes, o desenvolvimento moral do indivíduo pode ser afectado por determinadas circunstâncias como abuso, abandono, negligência, entre outras, o que pode levar a uma confusão cognitivo-moral e perda de sentido do valor pessoal. Alguns jovens que se encontram nessa situação sentem as lições de estimulação moral como insignificantes e desvalorizam as autoridades e os pares.

Stilwell (1991), (cit. por Carvalho, 2011) define cinco estádios de desenvolvimento da consciência: Estádio da Consciência Externa, Estádio Cérebro-Coração, Estádio da Consciência Personificada, Estádio da Consciência Confusa e Estádio da Consciência Integrada. Os jovens no ensino secundário encontram-se entre o Estádio da Consciência Confusa (dos 14 aos 15 anos) e o Estádio da Consciência Integrada (que começa por volta dos 16, 17 anos).

No Estádio da Consciência Confusa, para os adolescentes a autoridade moral é representada por adultos com opiniões divergentes como os pais, mas também pelos pares, cantores, actores, entre outros. O adolescente, apesar dos confrontos com as autoridades morais (que suscitam um aumento da auto-consciência), valoriza o respeito pela lei. Nos casos de patologia do funcionamento da consciência, o adolescente começa

a sentir que na separação entre o bem e o mal, o mal ganha força, ou seja, está presente a ideia de que uma força do mal assola a sua vida, o que lhe suscita uma confusão nas suas dúvidas morais, levando-o muitas vezes a mentir e a cometer acções perigosas. A regeneração é sentida como um enriquecimento da identidade moral. A volição moral é orientada para a emulação moral de heróis e a persecução de ideais morais (Stilwell, 1991, cit. por Carvalho, 2011).

No Estádio da Consciência Integrada, os jovens começam a sentir-se orgulhosos dos seus ideais morais e fazem um esforço por os pôr em prática. Dão valor a uma hierarquia de valores organizados, a sentimentos de responsabilidade para com a comunidade e valorizam as relações interpessoais. O estabelecimento de metas morais por vezes gera-lhes alguma ansiedade, mas vão encarando-as como um desafio e a ansiedade acaba por transformar-se em coragem e compromisso. Para evitar algumas perturbações psicológicas procedem a uma planificação moral. Quando ocorre patologia do funcionamento da consciência o jovem percepção-se como sendo uma má pessoa (Stilwell, 1991, cit. por Carvalho, 2011).

Quando erram, começam a perceber que isso faz parte da vida e que é algo com que têm de conviver. A regeneração é experimentada na perspectiva alargada de ciclo de vida e a volição moral é orientada para a responsabilidade individual.

Hierarquia de Valores / Valores Ético-Morais Absolutos ou Relativos

O valor é aquela qualidade intrínseca ao objecto que suscita admiração, estima, respeito, afecto, busca e complacência.

O valor pode ser de diversa ordem: económico, estético, social, moral, espiritual, entre outras. O que tem valor não é aquilo que simplesmente existe, mas o que tem preço, o que merece ser, o que deveria ser (Compagnoni, Piana & Privitera, 1997).

O valor está relacionado com a subjectividade humana, mas tem também uma dimensão objectiva, que é a condição ou qualidade daquilo que vale para alguém. Os valores são pontos de referência que mobilizam a acção humana, e são indispensáveis para se compreender o sentido das nossas acções.

Os valores fazem parte da existência individual e colectiva do ser humano e, para se realizarem, dependem das pessoas que lhes atribuem significados. Nas sociedades modernas, estão presentes uma grande variedade de valores, mas também por vezes um conflito de quadros de valor divergentes. O ser humano tem constantemente necessidade de valores que orientem a sua acção. Os valores tornam-se universais quando são adoptados pela sociedade, sendo a objectivação dos valores pela sociedade o que lhes dá o carácter universal. A objectividade fundada na sociedade torna os valores situados, isto é, são valores que só valem num determinado tempo e num determinado lugar.

Assim, os valores são marcados pela historicidade, o que significa que, por existirem sempre situados num tempo e lugar, eles têm uma existência histórica, determinada pelas condições desse tempo e lugar. Ainda que tenham um carácter objectivo e absoluto, as transformações e a passagem da história transformam também os valores. A dimensão histórica dos valores consiste no facto de eles serem sempre

condicionados pela cultura ou pelas crenças de uma determinada época, de serem sempre relativos ao tempo que existem.

Existem valores absolutos e valores relativos. Os valores morais (aqueles que se referem aos actos ou omissões humanas, sob o prisma da sua bondade, ou seja, em que o valor moral corresponde à relação da pessoa consigo mesma, à sua responsabilidade, interioridade, intencionalidade livre e dignidade; o valor moral é uma qualidade da acção que suscita aprovação e admiração ou, ao invés, censura ou condenação, não pelo que é exteriormente belo, forte, nobre ou hábil, mas sim pelo que está de acordo com a dignidade da pessoa), podem ser absolutos ou relativos (Compagnoni, Piana & Privitera, 1997).

Os valores absolutos são os valores que valem por si mesmos, que são estimáveis em si e não por aquilo que permitem obter. É considerado um valor absoluto se não estiver em função de nenhuma outra realidade, se não for instrumentalizável ou condicionado (como por exemplo, o valor da vida). Por sua vez, os valores relativos são os valores que, ao contrário, não valem por si mesmos, mas apenas pelo que nos permitem alcançar, que só estimamos pelo que com eles conseguimos e não pelo que são em si mesmos, ou seja, é um valor que está dependente das circunstâncias (por exemplo, não se deve roubar, mas tolera-se eticamente o roubo em caso de fome).

Os valores distinguem-se uns dos outros e estabelecem relações que derivam de três características fundamentais:- a bipolaridade (os valores coexistem em pares antitéticos), o grau (cada valor relaciona-se com os outros no plano da igualdade, superioridade ou inferioridade) e a matéria (é o conteúdo dos valores, o elemento objectivo sobre o qual incide a valorização ética).

Max Scheler (2010) menciona cinco critérios essenciais na organização de uma escala de valores. Segundo o autor, existem os seguintes critérios: Duração (a

superioridade dos valores relaciona-se com a sua duração, ou seja, os valores transitórios são os menos elevados); Divisibilidade (os valores são tanto mais elevados quanto mais forem partilhados por um conjunto de pessoas); Satisfação (os valores são tanto mais elevados quanto maior for a satisfação que a sua realização produz); Fundamentação (o valor que serve de fundamentação a outros é mais elevado do que aqueles que se fundam nele; e a Relatividade (um valor é tanto mais relativo quanto mais for afastada a sua relação com os valores totalmente independentes ou absolutos). Em conclusão, os valores que estão no topo da hierarquia de valores são os valores transcendentais (que dizem respeito a objectos absolutos), seguindo-se os valores espirituais (valores estéticos, éticos e lógicos), encontrando-se depois os valores vitais (como os bens e males físicos, tais como a saúde e a doença) e, por fim, na base da hierarquia, os valores sensoriais (que decorrem das sensações de prazer e dor).

No centro do valor moral tem de estar sempre a pessoa humana (individualidade única, mas aberta à comunhão com os outros), seja enquanto sujeito da acção moral, seja enquanto objecto no qual se debruça a reflexão ético-moral, pois como centro do valor moral a pessoa garante o equilíbrio entre o subjectivo e o objectivo.

O Juízo Moral e a Tomada de Decisão

De acordo com Rokeach (1973), (cit. por Hernández, Rodríguez e Zamora, 1998), os valores fazem parte dos sistemas de crenças das pessoas e estão relacionados com os seus ideais de vida e com as suas necessidades enquanto pessoas. As pessoas sentem-se mais competentes e reconhecidas perante a sociedade, sentem-se melhor consigo próprias, quando actuam de acordo com os seus valores. Se a sua conduta não vai ao encontro dos seus princípios, acaba por se criar um sentimento de mal-estar; nesse sentido, muitas vezes os valores condicionam as decisões que se tomam. Os valores envolvem vários sentimentos: de vergonha, culpa, admiração, amor, dúvida, alegria, medo, entre outros; que interferem nas nossas decisões e que nos levam a ações que nos implicam a nós e aos outros. Os valores estão sujeitos a transformações, pois oscilam conforme a cultura de cada sociedade.

Ao longo da sua existência, a pessoa projecta a sua própria vida, e confronta-se com decisões circunstanciais que tem de tomar diariamente, as quais fazem parte do seu projecto geral de vida, mas também com as decisões que estruturam esse projecto, que são as opções fundamentais. A opção fundamental concretiza-se em atitudes que demonstram um crescimento moral ou, ao invés, uma regressão.

Quotidianamente as pessoas são confrontadas com situações em que têm de decidir sobre coisas que interferem na liberdade de outros. A simples coexistência coloca a questão da necessidade de cumprir normas. É por isso que nas decisões se têm em conta valores, princípios, normas ou regras de conduta que impomos a nós mesmos, mas também esperamos que os outros as sigam ou pelo menos as aceitem. Se os outros manifestam um comportamento diverso daquele que à luz destes ideais julgamos que

deveriam ter, afirmamos que não agiram correctamente, que não têm valores, princípios ou mesmo "moral".

A multiplicidade destas relações (de coexistência, de convivência, de colaboração, de conflito, de confronto, etc), faz emergir a necessidade de se estabelecerem e acatarem normas, padrões e valores que possibilitem harmonizar acções muito distintas.

Existe liberdade de escolha nas nossas acções, mas liberdade implica não apenas sabermos distinguir o bem do mal, o justo do injusto, mas sobretudo de agir em função de valores que nós próprios escolhemos. Não há comportamento moral sem uma certa liberdade. Somos responsáveis pelas nossas decisões e, portanto, pelas consequências das mesmas. A responsabilidade implica, em sentido global, sermos responsáveis por nós próprios, mas também pelas outras pessoas.

Os Jovens e a Delinquência

Delinquência juvenil é a designação dada aos comportamentos conflituosos e desviantes associados aos jovens, ou seja, traduz-se na prática de actos que fogem às regras sociais existentes e estabelecidas por lei. A adolescência é uma fase na vida dos jovens muitas vezes caracterizada por alguns comportamentos irreverentes, reivindicatórios. Os adolescentes contestam e opõem-se muitas vezes às normas e regras da sociedade. Mas só aproximadamente 13% a 16% da população jovem toma parte em actos anti-sociais graves e, à medida que estes aumentam, a percentagem de adolescentes que neles toma parte diminui (Sprinthall & Collins, 2001). Estes comportamentos não se encontram apenas no século XXI, existem desde há vários séculos. Por exemplo, em Inglaterra, em 900 A.C. já existiam leis explícitas que puniam os actos de delinquência exercidos por menores. Mesmo no séc. XIX, o mau comportamento juvenil era punido e tratado de uma forma severa e cruel. Durante bastante tempo, as causas para a delinquência eram atribuídas a um carácter inato, acreditando-se que o jovem já nascia com essa propensão. Considerava-se que a delinquência se devia a um atraso mental, a uma inteligência inferior do jovem. Era seguida a teoria da “má semente”, mas esta teoria, ao fim de vários estudos e experiências, acabou por ser rejeitada.

Após várias pesquisas sobre as causas do comportamento anti-social, chegou-se à conclusão de que muitos dos comportamentos delinquentes podem ter a sua raiz na família, ou seja, os estudos relevaram que adolescentes que apresentam padrões de comportamento criminoso têm probabilidades de terem tido pais criminosos, ou que lhes inculcavam valores de ódio, inimizade, para além de manifestarem atitudes cruéis ou negligentes para com os seus filhos. Ou que atribuíam castigos demasiado severos ou

inconsistentes aos seus educandos. Para além disso, uma característica comum entre esses jovens era o facto de terem vivenciado casamentos tempestuosos. Estas associações entre as experiências familiares e a criminalidade em muitos grupos sociais e étnicos foram feitas nos Estados Unidos, mas também em outros países industrializados (Sprinthall & Collins, 2001).

De acordo com Gerald Patterson (1982), (cit. Sprinthall & Collins, 2001) por o facto de um jovem viver numa família com atitudes agressivas conduz a maior probabilidade de vir a desenvolver essas atitudes agressivas, do que um que viva numa família onde não estejam presentes essas atitudes. Em relação aos adolescentes problemáticos, com atitudes anti-sociais, Patterson (1982), (cit. Sprinthall & Collins, 2001) revelou que, na maioria dos casos, os pais e irmãos tinham atitudes coercivas para com eles, ou seja, um membro da família influencia outro através de comportamentos como dar pancadas, lamuriar-se, insultar, queixar-se dele, entre outros, e acabando também o outro por responder da mesma forma. Muitas vezes o adolescente problemático é quem na família está mais envolvido nas interações coercivas. Pelo contrário, o que acontece nas famílias mais saudáveis é que os seus membros tentam influenciar-se uns aos outros, mas de forma positiva. As famílias dos jovens com atitudes mais agressivas são geralmente famílias onde existe uma falta de regras familiares, ou seja, os jovens não possuem hábitos ou expectativas para guiar o seu comportamento. Também são famílias onde falta a monitorização parental sobre o comportamento do seu educando. Por norma, nessas famílias os pais são inconsistentes nas suas regras, não reagindo de modo muito diferente para os comportamentos negativos e positivos. Para além de todos estes aspectos, ainda se pode mencionar a falta de técnicas destes pais para lidarem com as crises ou os problemas familiares. De acordo com Patterson (1982), (cit. Sprinthall & Collins, 2001) estes pais apresentam

dificuldades nas interações da sua família, ou seja não possuem capacidades de gestão adequadas.

Patterson (1982), (cit. Sprinthall & Collins, 2001) afirma ainda que os jovens problemáticos reagem de uma forma invulgar à punição, visto a punição aplicada a estes jovens aumentar os seus comportamentos negativos ao invés de os reduzir; além disso, estes mostravam-se menos reactivos às respostas sociais quer fossem positivas quer negativas.

Concluindo, apesar de muitos factores poderem contribuir para o problema social da delinquência juvenil, as respostas dos pais ao comportamento dos filhos são ainda um dos melhores preditores para o comportamento delincente.

Ao longo dos anos, tem surgido a questão de se a institucionalização dos jovens delinquentes em reformatórios poderia ajudar na diminuição dos seus comportamentos anti-sociais. Alguns estudos têm demonstrado que os reformatórios para menores ou as instituições de correcção juvenil não proporcionam uma educação correctiva, ou seja, muitas vezes os jovens, em vez de aprenderem a ser melhores cidadãos, aprendem a ser melhores criminosos, porque acabam por estar a aprender com outros jovens as técnicas usadas por estes.

Muitos destes jovens delinquentes têm também um grande absentismo escolar; não se interessam pela escola, faltam constantemente às aulas e uma grande parte abandona a escola antes de chegar ao secundário.

A investigação recente tem demonstrado que os jovens delinquentes inseridos num programa de supervisão por parte de adultos (programas de tutorias, muitas vezes utilizados nas escolas), sensíveis e interessados pelos problemas do jovem, eram menos propensos a cometer novos actos anti-sociais (Sprinthall & Collins, 2011). Nesse sentido, a escola pode ter um papel muito importante a desempenhar na prevenção da

delinquência, através da criação de programas adequados, pondo adultos interessados pelos jovens a supervisioná-los e a orientá-los no seu comportamento, para que esses jovens sintam que se preocupam realmente com eles, uma vez que isso pode influenciar o seu comportamento e as suas vidas.

A escola pode desempenhar um importante papel no desenvolvimento dos jovens através da criação de programas destinados à promoção do crescimento por estádios, permitindo assim que os jovens adquiram um maior potencial nos vários domínios de desenvolvimento. Estudos realizados demonstram que uma melhoria na capacidade de assunção de papéis conduz à redução da incidência do comportamento delinvente, pelo que a escola pode ter um importante contributo na formação dos jovens e, por conseguinte, na redução da delinquência.

Segundo Sprinthall & Collins (2011), existe uma relação entre o desenvolvimento dos valores e o comportamento real do indivíduo, logo, se os professores forem eficazes na transmissão de valores aos seus alunos, poderão estar a contribuir para a modificação dos comportamentos inadequados e, assim, a ajudá-los na sua integração na sociedade.

Os professores, ao incentivarem os alunos a participarem nas actividades escolares (criando núcleos de teatro, desporto, actividades que possam ser do interesse dos jovens), também poderão estar a contribuir para uma diminuição da delinquência juvenil. A rejeição e a alienação em relação à escola conduz a que muitos jovens optem pelo seu abandono e criem associações com amigos delinquentes, logo o esforço dos professores para aproximar os alunos da escola pode contribuir para o sucesso escolar dos alunos e, paralelamente, para a prevenção da delinquência.

Em conclusão, a escola desde que proporcione identificações e integrações positivas pode ajudar os jovens a não enveredarem pelo caminho da delinquência, mesmo no que respeita aqueles que não tiveram um suporte familiar adequado.

Ainda de acordo com Sprinthall & Collins (2011), um sistema mais eficaz na diminuição da delinquência deveria passar, em primeiro lugar, pela prevenção e, em segundo lugar, pela criação de programas comunitários (sociais) para auxiliar aqueles que estão em dificuldades. Se se apostar na prevenção da delinquência, isso trará melhores resultados e menos custos para a sociedade do que a detenção dos jovens. Tal como na saúde, onde se tem investido bastante na prevenção de doenças, também a prevenção do crime juvenil deveria ser uma prioridade. Três das medidas que poderiam ajudar na prevenção da delinquência podem ser resumidas como:

- 1) Manutenção do rendimento familiar
- 2) Direito à educação
- 3) Criação de postos de trabalho e de emprego para jovens

Estas medidas seriam benéficas, visto a delinquência estar geralmente associada à pobreza, à insuficiência de oportunidades educacionais e ao grande índice de desemprego.

Os jovens oriundos de famílias desfavorecidas, deparando-se com a falta de recursos existentes nas suas famílias, acabam muitas vezes por se virarem para a delinquência (Sprinthall & Collins, 2011).

Os programas comunitários (sociais), programas para ajudar na recuperação e reintegração dos jovens delinquentes, se contarem com a ajuda de pessoas especializadas na resolução de conflitos, podem ser uma mais valia na ajuda aos jovens delinquentes. E, assim, um jovem delincente, em vez de ser preso ou levado para uma

casa de correcção, pode tentar resolver a sua situação com a ajuda de mediadores comunitários, sendo que o jovem é envolvido em todas as fases da intervenção.

Um segundo método de resolução do problema da delinquência também poderá passar pela prestação de cuidados dentro da residência, com vista a fortalecer o ambiente familiar, permitindo às famílias em crise ter acesso aos serviços sociais. Esta alternativa tem como objectivo ajudar os pais a lidarem com os problemas e a ajudarem os próprios filhos a abandonarem a delinquência. Estes programas, se forem efectuados juntos dos jovens delinquentes, podem ser benéficos para estes, e assim contribuir para diminuir os casos de delinquência entre a juventude.

Em conclusão, pode dizer-se que, nas causas que levam à delinquência poderá estar uma combinação entre certas situações familiares e determinados factores ambientais. Os vários estudos realizados à volta deste tema apontam para a existência de um padrão nas famílias com predisposição para a delinquência. Um dos factores preditivos é a qualidade do relacionamento entre os pré-adolescentes e os pais. Este pode levar os adolescentes a permanecerem em estádios de desenvolvimento inferiores ao que seria expectável para a sua idade, e essa falta de maturidade psicológica dos adolescentes leva-os muitas vezes a actividades hostis e anti-sociais.

Os meios de comunicação social insistem muitas vezes em que a criminalidade da adolescência se deve a uma “decadência moral” na camada jovem e identificam o uso de drogas, vandalismo e mau comportamento escolar como práticas que demonstram o aumento da “permissividade” na sociedade. Mas deve ter-se atenção na associação entre juventude e criminalidade, porque embora crime implique transgressão de uma lei, a criminalidade juvenil está geralmente associada a actividades que não são crimes. O comportamento anti-social e o inconformismo dos jovens pode ser apontado

muitas vezes como delinquência, mas não constitui de facto e por si só uma conduta criminosa (Giddens, 2010).

A Delinquência Juvenil no Contexto de uma Discussão sobre os Valores

Morais

De acordo com Lawrence Kohlberg (1969), (cit. por Sprinthall & Collins 2011) na adolescência os jovens começam a desenvolver um pensamento formal, ou seja, passam a ser mais capazes de distinguir o eu dos outros, o subjectivo do objectivo, e isso vai influenciar o modo como os adolescentes se percebem e a forma como se compreendem. Esta nova forma de se perceberem vai afectar também os seus sistemas de valores, que também sofrem transformações durante este período. Mas deve referir-se que certos contextos e experiências promovem a formação positiva de valores, enquanto outros contribuem de uma forma negativa para essa formação ou, por vezes, nem sequer exercem qualquer influência. O desenvolvimento moral depende da interacção entre o adolescente e o meio ambiente. Certos ambientes e interacções podem também impedir o desenvolvimento ou levar a uma estabilização prematura dos valores.

Lawrence Kohlberg (1969), (cit. por Sprinthall & Collins 2011) descreve o desenvolvimento moral segundo um conjunto de estádios. Nos estádios de desenvolvimento moral durante o período correspondente ao ensino secundário, ou seja, por volta dos 16-18 anos, está presente essencialmente o raciocínio característico do estágio três. No estágio três, as escolhas de valores por parte dos jovens são ainda muito influenciadas pelos seus interesses pessoais, embora o sejam de uma forma muito menos significativa do que a que ocorre durante o terceiro ciclo do ensino básico. Entre os 16 e os 18 anos as questões relacionadas com justiça e honestidade, e as principais escolhas em termos de valores, são determinadas pela conformidade social com o grupo liderante. Neste estágio, o jovem sente mais do que em qualquer dos outros a

necessidade de ser apreciado, respeitado pelos seus pares, bem como de possuir uma boa reputação.

Para além destes aspectos, no ensino secundário, também começam a surgir características do estágio quatro, embora em pequena percentagem; quer isto dizer que alguns jovens começam a processar cognitivamente as questões relativas aos valores de acordo com um vasto conjunto de regras, enquanto no estágio três, o bom comportamento é o que agrada ou é aprovado pelos outros. Neste estágio, está presente uma grande conformidade com imagens estereotipadas sobre o que é o comportamento da maioria, sendo o comportamento frequentemente julgado pela intenção. No estágio três, o ponto de referência é o grupo social, ou seja, o pensamento nesta altura é dirigido pelas outras pessoas. Já no estágio quatro existe também uma orientação em relação à sociedade, a regras fixas e manutenção da ordem social, mas o indivíduo desenvolve a capacidade para pensar racionalmente nos problemas. O comportamento certo consiste em fazer o seu próprio dever, mostrando respeito pela autoridade e mantendo a ordem social pelo valor que tem (Kohlberg, 1971, cit. por Andrade, 1992).

O juízo moral envolve aspectos relacionados com a ética e com a justiça. E aborda questões como, por exemplo, se se justifica a morte de uma pessoa, entre outras. O modo como cada pessoa responde a problemas relacionados com a ética e com a justiça social numa sociedade democrática é determinado pelo nosso sistema de valores. Os jovens que já se encontram no estágio quatro, ou que já detêm alguns aspectos deste estágio, começam a ser capazes de processar cognitivamente as questões relativas aos valores, de conceber, analisar e avaliar questões importantes. Mas, por vezes, as pessoas não utilizam processos apenas de um dos estágios, podem situar-se no equivalente a sub-estágios, embora se considere que o seu raciocínio moral é mais característico de um determinado estágio se utilizar mais 50% das vezes o raciocínio moral característico

desse estágio. Isto para concluir que um jovem no ensino secundário pode ter raciocínios mais característicos do estágio três ou do quatro. No entanto, existe a tendência para os adolescentes, enquanto grupo, estarem sujeitos a juízos morais baseados na conformidade social, em vez de utilizarem um pensamento racional e apoiado em princípios.

O desenvolvimento durante a adolescência obriga a uma importante mudança de perspectiva a nível dos valores, da forma como se tomam decisões e de decisões que envolvem um julgamento moral. A ocorrência destas alterações depende muito da qualidade de experiências educacionais formais e informais.

A compreensão da delinquência durante a adolescência não pode ser entendida como uma oposição entre a infracção e a moral convencional ou legal. Muitas vezes as infracções são cometidas, não devido à crença de que esses actos são legais, mas por causa da própria reputação perante os amigos.

Os valores são referendados pela consciência moral – justiça, solidariedade, generosidade, integridade, honestidade e outros. Os valores interferem nas decisões do individuo, levando-o a ações que atingirão o próprio e os outros. Os valores estão sujeitos a transformações, pois oscilam conforme a cultura de cada sociedade, ou seja, os valores são derivados das experiências culturais e sociais. Alguns vão sendo incorporados ao longo da socialização, enquanto outros são adquiridos através de episódios ou experiências relevantes na vida de cada pessoa. Os valores revelam tanto a relação com o comportamento e as opções de vida dos indivíduos quanto a sua preferência no que diz respeito ao que tem ou não valor.

De acordo com Turiel (1983), (cit. por Sprinthall & Collins, 2011) a tendência dos adolescentes para pôr em causa o valor das convenções arbitrárias, que caracteriza o pensamento no início da adolescência, pode ser uma das explicações para o

comportamento rebelde e provocante característico deste período de desenvolvimento. Também quanto mais o jovem é exposto ao valor da experimentação (descobrir e apreciar estímulos novos, enfrentar situações arriscadas), o qual se guia geralmente por novas descobertas e experiências, mais provável se torna a sua exposição aos comportamentos de risco. Os jovens que possuem valores de experimentação estão mais propensos a terem comportamentos de transgressão das normas sociais. Os jovens que priorizaram os valores normativos (obediência e respeito pelas normas), regra geral, seguem mais as normas sociais e comportam-se de acordo com o que é socialmente esperado. Estão a criar assim um factor de protecção para esse tipo de conduta, ou seja, isto significa que os valores podem actuar como factores preventivos das condutas anti-sociais.

A cultura tem também um importante papel no desenvolvimento da moralidade. Existem vários padrões relativos à compreensão social e moral das regras, mas também existem padrões universais na forma de compreender as normas culturais e os rituais. Os indivíduos formam as suas categorias sociais sobre o mundo através dos julgamentos sobre as suas experiências. E é pelas relações com os adultos, pais, professores, entre outros, que as crianças adquirem as regras e aprendem a conhecer e a respeitar a ordem social. Na escola, pela interacção com os pares e com os adultos, a criança adquire valores morais e deve começar a ser capaz de modular as suas emoções morais como base do seu comportamento e desenvolvimento moral. Muitas vezes, os jovens que apresentam um padrão moral-emocional desadaptado, têm uma educação parental do tipo autoritária. Por outro lado, muitas vezes também existem pais demasiado permissivos, que não são capazes de ajudar os seus filhos a confrontarem-se com os seus próprios erros, o que leva o jovem a negar os seus erros e a ter comportamentos com uma conduta moral inadequada. Isto significa que os jovens não precisam de

adultos demasiado rígidos ou permissivos, mas sim de adultos que se lhes apresentem como modelos firmes, pois isso permite-lhes regular o seu comportamento de forma cooperativa e não manipulativa. Os jovens que têm modelos firmes são jovens que aprendem a respeitar os outros e que se tornam capazes de compreender e modular os seus comportamentos. A experiência social das crianças e jovens é determinante no seu desenvolvimento moral, porque além de expor a criança a novas ideias também a vincula a experiências que a conduzem à compreensão e aceitação de regras e procedimentos.

Punição na Delinquência Juvenil

Tipos de Pena

O combate à delinquência juvenil, numa primeira instância, deve passar pela criação de soluções ou alternativas sociais, assentes no trabalho profundo sobre o meio que rodeia o jovem delinquente e numa tarefa positiva e eficaz de reinserção social.

Em primeiro lugar, deve apostar-se na prevenção, permitir ao jovem o maior acesso à cultura e ao desporto, criando assim as condições para que se crie interesses e motivações, que saia da pobreza cultural e do ambiente que habitualmente rodeia a delinquência.

Em termos legais, a idade da não imputabilidade penal (de acordo com artigo 19º do código penal), entendida como a capacidade de suportar um juízo de culpa jurídico-penal e cujo sentido político-criminal é iminente punitivo e preventivo, em Portugal é até aos 16 anos.

A partir dos 17 anos, o jovem passa a ser julgado como um adulto, passível de ser punido com pena de prisão. Mas o regime proposto no artigo 9º do código penal consta do decreto-lei nº401/82 de 22 de Setembro, o qual contém uma dupla vertente de opções no domínio sancionatório: por um lado, evitar a pena de prisão, impondo a atenuação especial sempre que se verifiquem condições prognósticas e, por outro lado, o estabelecimento de um conjunto específico de medidas de correcção. Esta norma tem como objectivo principal evitar, na medida do possível, a aplicação de penas de prisão aos jovens adultos; isto, porque esta medida, a pena de prisão de jovens, acaba por não ter efeitos benéficos na redução da criminalidade e sim promover a não integração dos

jovens na sociedade. Porque a execução das penas, de acordo com o artigo 2º do código penal, visa a reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes tendo em vista a protecção de bens jurídicos e a defesa da sociedade, isto significa que a atribuição de penas mais do que ter um carácter punitivo, deve ajudar à integração do jovem na sociedade (Almeida, 2009). A pena não pode assumir apenas um carácter prospectivo: pune-se não porque se pecou, mas para que não se volte a pecar, mas importa, acima de tudo evitar que se peque e, se se investir na prevenção, na formação e no acompanhamento dos jovens, isso será sempre mais benéfico para o jovem e para a sociedade do que a mera aplicação da pena.

Está subjacente ao sistema prisional moderno a ideia de que este contribui para melhorar o indivíduo, de forma a que este possa ter um papel digno e decente na sociedade depois de sair em liberdade. Há a ideia também de que as prisões, bem como as sentenças longas, constituem um dissuasor do crime, mas os vários estudos realizados sobre o tema demonstram que as prisões acabam por não ter esse efeito reformador esperado (Giddens, 2010).

Os prisioneiros hoje em dia, de um modo geral, já não sofrem maus tratos físicos como antigamente, mas são sujeitos a vários tipos de privações (de liberdade, de rendimento, de familiares e amigos, entre outras), para além de viverem em lugares com muito pouco espaço e serem sujeitos a procedimentos severos. Tudo isso faz aumentar a barreira entre os detidos e a sociedade exterior, dificultando assim o ajustamento do comportamento dos prisioneiros às normas da sociedade. Estes acabam muitas vezes, também, por adquirir hábitos e atitudes na prisão que vão contra aqueles que deveriam adquirir de modo a tornarem-se melhores cidadãos. Em vez de saírem cidadãos preparados para

integrarem a sociedade, saem muitas vezes, pelo contacto com outros criminosos e pela aprendizagem de novas técnicas de crimes, ainda mais criminosos do que quando entraram. É por esta razão que as prisões são muitas vezes apelidadas de “universidades do crime”. As prisões fazem com que os jovens delinquentes tenham ainda menos capacidade de sair da delinquência do que anteriormente. Mas, apesar de se ter vindo a demonstrar que as prisões não reabilitam os prisioneiros, continua ainda a haver pressão para aumentar o número de prisões e tornar as penas ainda mais pesadas para muitos dos crimes (Giddens, 2010).

Existe, contudo, quem proponha uma reforma na justiça que passa pelo que se chama de justiça reparadora. Esta define-se como uma justiça que procura sensibilizar os reclusos para os efeitos dos seus crimes através do cumprimento das penas no seio da comunidade, integrando-os em projectos de serviço à comunidade. Isto faria com que, para além de não serem separados da sociedade, fossem confrontados com a consequência dos seus crimes, mas de uma forma positiva.

De acordo com Cusson (2007), (cit. por Maia,2011) a pena é o preço a pagar pelo crime que foi cometido, sendo a sua severidade a medida da gravidade do mesmo. O crime, de acordo com Giddens (1998), (cit. por Maia,2011) é toda e qualquer forma de conduta que transgride criminalmente a lei, que provoca um desvalor, um dano à comunidade, e cuja gravidade impõe e legitima a aplicação de um castigo ao infractor. A criminalidade é descrita como sendo uma transgressão às normas de carácter penal vigentes em determinado sistema, ou seja, é a prática de um comportamento incompatível com as normas criminais vigentes em determinada sociedade.

A questão que se põe é a do tipo de pena, que sanção é mais eficaz e qual seria a finalidade da pena?

Segundo Giddens (1998), (cit. por Maia, 2011) as sanções podem ser divididas entre positivas ou negativas, formais ou informais. As sanções positivas prendem-se com a oferta de um prémio pelo conformismo, ao contrário das negativas que punem os comportamentos inconformistas. As sanções formais são utilizadas por um conjunto de indivíduos, com o objectivo de assegurar a obediência a determinadas regras que estão presentes nas sociedades modernas e são garantidas pelos tribunais e pelas prisões. São decretadas pelas autoridades as regras que os cidadãos devem seguir sendo penalizados aqueles que não as cumpram. As sanções informais dizem respeito a formas menos metódicas e mais espontâneas de reacção ao inconformismo. A teoria das sanções informais defendia que estas eram suficientes para erradicar o crime. Mas durante o séc. XX esta teoria foi rejeitada, pois considerava-se que o uso da mesma resultaria numa sociedade sem Direito Penal (Maia, 2011).

As finalidades das sanções podem ser agrupadas em retribuição, prevenção geral e prevenção especial.

A retribuição foi uma doutrina defendida por Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino, que consistia na aplicação de um mal correspondente ao mal praticado, imposto por imperativos morais, religiosos, sociais, lógicos, dialécticos e estéticos. Esta teoria pressupõe a censura e a culpa. Prevê a liberdade do agente e o seu poder de agir de outra maneira.

A doutrina de prevenção geral e de prevenção especial foi defendida por Platão e Feuerbach. A prevenção geral tem uma função utilitária e considera o agente como instrumento ao serviço da intimidação geral. Propõe-se que a

ameaça ou a sanção actue sobre a personalidade dos indivíduos, intimidando-os, e que assim os desvie da prática do crime. Mas esta doutrina pode conduzir a alguns abusos, pois não tem a culpa como base de actuação.

Na prevenção especial, as penas têm um efeito segregador, o de afastar ou eliminar o indivíduo da sociedade, para que este não cometa futuras infracções; este efeito é reeducativo quando o adapta à vida social, e intimidatório quando lhe fomenta a consciência da severidade da ameaça penal. Aqui pune-se o criminoso por ser perigoso, independentemente da culpa. A pena nesta doutrina é considerada como a defesa social contra a perigosidade, quer o indivíduo seja imputável ou inimputável (Maia, 2011).

A prevenção geral, não a prevenção geral negativa de intimidação do indivíduo e de outros potenciais infractores, mas a prevenção geral positiva ou de integração, é muitas vezes usada como a principal finalidade da pena: transmite a ideia da reprovação do crime, mas ao mesmo tempo aposta na reabilitação e integração do indivíduo na sociedade.

As sanções da função penal podem ser divididas em duas grandes categorias: morais e utilitárias. Nas funções morais está presente a ideia de expiação e retribuição. As funções morais não têm utilidade social ao contrário das sanções utilitárias que defendem que toda a pena deveria ser útil à sociedade, seriam como uma lição. Nas funções de utilidade social estão presentes a manutenção da coesão social, a ressocialização, a intimidação, a eliminação, a reparação e a conciliação.

De acordo com Kuhn (2009), (cit. por Maia, 2011) a noção de expiação parte da ideia de que a sanção deve constituir um sofrimento imposto a seguir a uma falha e ser estabelecida em função desta. Pune-se o delinquente com vista a

melhorá-lo e a restabelecer o equilíbrio que tinha sido colocado em causa pela infracção. A ideia de retribuição tem por base a ideia de uma recompensa negativa, uma punição, resultante de um mau comportamento, ou seja, quando se dá uma transgressão a uma regra social que causa um prejuízo à sociedade, deve-se perante isso aplicar ao autor um mal de intensidade equivalente de modo a reinstaurar o equilíbrio.

Na função utilitária da pena – manutenção da coesão social – intitulada por Durkheim como manutenção da coesão social e da consciência colectiva, o estado afirmaria o seu poder sobre os delinquentes através da sanção, assinalando ao mesmo tempo aquilo que seria permitido numa sociedade. Entre as funções utilitárias está presente a ideia da ressocialização que tem como objectivo a tentativa de adaptar o transgressor às normas do seu meio envolvente, tornando-o numa pessoa normativa e evitando assim a sua reincidência. Esta ideia parte da noção de que o delincente é um doente, sendo necessário a sua cura, e o tratamento é a sanção.

A intimidação é outra função de carácter utilitário da pena. Com este método o juiz procura provocar no delincente a tomada de consciência da sua acção, retirando-lhe a vontade de reincidir.

A eliminação é a função que consiste em excluir da sociedade os elementos que são perigosos, sendo um exemplo desta função a pena de morte. Esta medida, para além de implicar uma grande crueldade e não ter uma função ressocializadora, está apenas confinada à ideia de vingança e castigo.

A reparação consiste em obrigar o infractor a reparar o dano causado à vítima. Esta pode expressar-se sobre a forma de indemnização directa à vítima ou de um trabalho prestado em favor da vítima, entre outras formas.

E, por último, a função de reconciliação é a que procura o contacto mútuo entre o agressor e a vítima, com o consentimento desta, de forma a que o agressor se possa desculpar e redimir.

O sistema penal português, quando se pronuncia sobre uma pena, elege na maioria das vezes a prisão, esquecendo que poderão existir alternativas mais eficazes do que esta. Algumas vezes, em alternativa à pena de privação de liberdade (prisão), opta-se pela multa, pela prestação de serviços a favor da comunidade ou pelo regime da permanência na habitação sob a vigilância electrónica, entre outras.

Em Portugal, nos termos do artigo 1º fixado na LTE, a prática por menor de idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado pela lei penal como crime, dá lugar à aplicação da Medida Tutelar Educativa. Esta medida tem como finalidade a educação do menor para o direito e a sua inserção de forma digna e responsável na vida da comunidade (D-L 166/99, art. 2º, nº 1). A medida aplicada deve ser proporcional à gravidade do facto praticado e a necessidade de educação do menor (D-L 166/99, art. 7º, nº1). A execução poderá prolongar-se até o jovem completar 21 anos, sendo que nesse instante o seu prazo expira (Maia, 2011).

Os trabalhos a favor da comunidade ajudam a criar nos jovens alguma responsabilização e obrigam ao esforço, ao empenho e à aprendizagem, ao contrário do que acontece muitas vezes quando se aplica a medida das prestações económicas, em que o culposo é convidado a dar uma quantia, acabando esse papel, no caso dos menores, por ser dado aos pais. Esta medida faz com que os jovens não sintam o efeito da mesma, acabando por não serem responsabilizados pelos seus actos.

A sanção mais radical praticada no ocidente, por se acreditar que a mesma possui um carácter de prevenção geral é a pena de morte. Mas a severidade desta pena coloca a seguinte questão: teremos o direito de tirar a vida a um ser humano devido aos seus erros ou crimes? Cada vez mais os estados têm vindo a considerar esta sanção extrema desajustada dos princípios fundamentais da moral e do direito, optando antes pela prisão perpétua.

A Dignidade da Vida Humana

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 1º refere que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos e, sendo dotados de razão e consciência, têm como dever agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. E o artigo 3º menciona que todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade, e à segurança pessoal, ou seja, os artigos contidos na Declaração dos Direitos Humanos demonstram que todas as pessoas têm o direito ao respeito pela sua dignidade, todas as pessoas têm o direito à vida.

No Novo Testamento, onde se regista o pensamento de Jesus Cristo acerca daquilo que mais tarde seria designado por Doutrina Social da Igreja, está presente a questão do amor, de um amor imenso, sem limites, que tem a sua expressão máxima na entrega da vida de Jesus pela humanidade e, como diz S. João, “é nisto que está o amor: não fomos nós que amámos a Deus, mas foi ele mesmo que nos amou” (Jo. 4,10, p.1672).

O amor de Deus é a mais íntima intervenção dele em toda a sua obra. Se Deus criou tudo com amor, ainda com mais amor criaria o ser humano. Deus é amor, e a vida do homem só tem sentido se for vista como uma expressão do amor de Deus. Jesus deu a vida por nós, de tal forma que a nossa salvação, bem como a nossa dignidade, se devem à sua morte na cruz e à sua ressurreição (Rodrigues, 2008).

Jesus mostrou que todas as pessoas são iguais em dignidade e S. Pedro afirma: “Vós sabeis que não é permitido a um judeu ter contacto com um estrangeiro ou vir a sua casa. Mas Deus mostrou-me que não se deve chamar profano ou impuro a homem algum” (Act 10,28, p.1491). Esta afirmação

demonstra que todos os homens são dignos de respeito, que todos os homens são iguais e irmãos em Cristo, e que para Deus não há acepção de pessoas. A dignidade do ser humano vem-nos fundamentalmente de Deus e, como advogou o apóstolo S. Paulo. Isto vai ao encontro do que o próprio Jesus afirmava: “ouvistes o que já foi dito: amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu porém digo-vos: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt. 5,14-45, p.1321). S. João menciona a importância do amor ao próximo "Assim como o Pai me amou, também eu vos amei. Permaneci em meu amor" (Jo 15,9, p.1463). Sem amor nada somos, logo temos que respeitar os nossos irmãos. Esta é a razão que nos obriga a considerar o nosso amor pelos outros, a amar, a ter respeito pela dignidade da pessoa, é esse o nosso dever de cristãos, é a norma essencial da nossa fé (Rodrigues, 2008).

S. Pedro, na sua primeira carta afirma: “já que purificastes as vossas almas pela obediência à verdade que leva a um sincero amor fraterno, amai-vos intensamente uns aos outros do fundo do coração, como quem nasceu de novo, não de uma semente corruptível, mas de um germe incorruptível, a saber, por meio da palavra de Deus, viva e perene” (1 Ped. 1,22-23, p.1658). O amor que devemos ter pelos outros responde ao amor que Jesus nos tem a nós e que conduziu a que por nós se desse inteiramente.

O próprio significado da vida devemos-lo a Jesus Cristo e, nesse sentido, não podemos nunca deixar de ver a vida como um dom que nos é dado por Deus e que devemos respeitar; não apenas a nossa, mas também a dos outros, em sintonia com o que o próprio Jesus disse, citado por S. João no seu Evangelho: “dou-vos um mandamento: que vos ameis uns aos outros; que, assim como Eu vos amei, vós também vos ameis uns aos outros. É por isto que todos saberão

que sois Meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo. 13,34, p.1461).

A vida vem de Deus e Deus não faz acepção de pessoas.

O ser humano é chamado a uma plenitude de vida, que vai muito para além da sua existência terrena, pois consiste na participação da própria vida de Deus, e este chamamento que é feito por Deus revela a grandeza e o valor precioso da Vida Humana. Deus deu-nos a vida para a guardarmos com responsabilidade e a levarmos à perfeição do amor pelo dom de nós mesmo a Deus e aos irmãos, ou seja, o valor sagrado da vida, o valor incomparável de cada pessoa humana, deve ser respeitado desde o seu início até ao seu termo (João Paulo II, 1995).

O Evangelho do amor de Deus pelo ser humano, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único Evangelho, e é nesse sentido que, para a Igreja, o homem constitui o seu primeiro e fundamental caminho. E é por isso que as ameaças à dignidade e à vida do ser humano não podem deixar de afectar a Igreja.

João Paulo II (1995) refere na Encíclica “*Evangelium Vitae*” que tudo aquilo que se opõe à vida, seja homicídio, genocídio, aborto, eutanásia ou suicídio voluntário, bem como tudo o que viola a integridade da pessoa e ofende a sua dignidade, é infame e corrompe a civilização humana. A Igreja com a presente Encíclica quer reafirmar o valor da vida humana e a sua inviolabilidade, e por isso faz um apelo à humanidade para que respeite, defenda, ame, e sirva cada vida humana, e assim se afirme uma nova cultura da vida humana, e edifique uma autêntica civilização da verdade e do amor (João Paulo II 1995). Cada ser humano é único e irrepetível. O ser humano é um ser inteligente e consciente, capaz de reflectir e ter consciência sobre os seus actos e acima de

tudo, digno de respeito por parte de todos. Destes, é de destacar e especialmente as instituições políticas e sociais, bem como os seus responsáveis, que se devem preocupar com a promoção do desenvolvimento integral da pessoa, ou seja, devem promover uma sociedade justa preocupada em respeitar a dignidade da pessoa humana.

O respeito pela dignidade da pessoa passa por ter em conta o outro como sendo seu próximo e por ter em consideração a sua vida e os meios necessários para que esta possa ser condigna, daí que seja necessário que os programas sociais, científicos e culturais também sejam orientados para essa realidade (Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2005).

O homem é um ser querido e amado por Deus, um ser que deve ser respeitado em toda a sua condição humana, e nunca ser instrumentalizado por projectos de carácter económico, social e político, impostos de forma ilegítima por uma autoridade. As autoridades devem sim, por sua vez garantir que os direitos humanos dos cidadãos são assegurados.

A Igreja também se tem preocupado em que a dignidade humana seja mais eficazmente reconhecida, e promovida universalmente como característica impressa por Deus na sua criatura. A Igreja considerou mesmo que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pelas Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948, foi um importante motor no caminho do progresso moral da humanidade (Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2005).

Nos documentos conciliares do Concílio Vaticano II (1962), foi mencionado que o respeito para com o ser humano passa por considerar o seu próximo como o outro eu, ajudando e permitindo que os outros possam viver

com dignidade. Principalmente nos dias de hoje, temos obrigação de nos fazermos próximos de qualquer pessoa e não lhe negarmos o nosso auxílio.

Em conclusão, o respeito pelo outro, pela sua dignidade, deve estender-se a todos sem exceção, e tudo o que viola e atenta contra a vida não deve jamais ser permitido, pois o ser humano como ser amado e criado à imagem e semelhança de Deus, tem direito ao respeito pela sua dignidade, ou seja, a promoção da dignidade humana implica a afirmação do direito inviolável à vida, desde o nascimento até à morte.

3ª PARTE- PROPOSTA DE LECCIONAÇÃO DA UNIDADE LECTIVA 2 DO ENSINO SECUNDÁRIO

Esta terceira parte do relatório, consiste na proposta de abordar a Unidade Lectiva 2 do Ensino Secundário «Valores e Ética Cristã», mas tratando-se de alunos do ensino secundário pareceu-me importante propor que se relacionasse a transmissão dos valores com a questão da delinquência juvenil, visto esta questão não ser abordada no programa, ou seja, partir da reflexão sobre a transmissão de valores em contexto escolar para a influência que estes podem ter na prevenção da delinquência juvenil.

Como instituição social que é, a escola deve formar os cidadãos para a sociedade. Assim sendo, a educação para a cidadania pertence à essência da educação, ou seja, a educação tem como objectivo educar para uma participação inteligente e activa na comunidade cívica. A escola pode contribuir para um maior esclarecimento e debate dos valores implícitos na estrutura básica da sociedade (Andrade,1992). Nesse sentido, pareceu-me pertinente aprofundar com os alunos do ensino secundário a questão do valor da vida, da dignidade da vida humana à luz da Ética Cristã em contexto escolar. E relacionar a transmissão dos valores com a delinquência juvenil.

A escola pode dar um importante contributo na formação dos jovens, ao ensinar-lhes a respeitar o outro, o próximo, ao ajudá-los, a perceber que é de vidas de pessoas que se trata. Ao contribuir também para a educação para os valores, para a formação dos jovens, está a contribuir para o respeito social, para a justiça social e assim para a prevenção de comportamentos delinquentes. A escola, desde que proporcione identificações e integrações positivas, pode reforçar as orientações convencionais, mesmo naqueles jovens cujas orientações familiares não forem no sentido do reforço

constante da conformidade com os valores partilhados pela sociedade em que vivem (Maia, 2011).

Deus não quer uma justiça de ódio, mas uma justiça de compaixão e misericórdia. A nova justiça administrada por Jesus é uma justiça de salvação e não de vingança. É necessária a criação e a aplicação de penas que promovam a reabilitação e a reinserção social e não de penas que ponham em causa a dignidade da vida humana. No caso dos menores, a aplicação da Medida Tutelar Educativa, que tem como finalidade a educação do menor para o direito e a sua inserção de forma digna e responsável na vida da comunidade, pode ser uma medida positiva na diminuição da criminalidade juvenil.

Para a elaboração da unidade lectiva, foi constituída uma tabela com os conteúdos desenvolvidos ao longo da unidade, e a respectiva operacionalização de competências.

Relativamente aos conteúdos, estes são apresentados em coerência com a reflexão teológica constante da segunda parte do relatório. Foram seleccionados tendo em conta as necessidades de formação e a capacidade de aprofundamento e de reflexão dos alunos no ensino secundário.

Há três elementos que também contribuem para a selecção de conteúdos e das competências na opção metodológica do programa de E.M.R.C., pois são essenciais no acto educativo da disciplina, e são eles: a experiência humana, a mensagem cristã e a dimensão ético-moral.

Quanto à selecção das competências específicas a operacionalizar, estas foram escolhidas entre as que são propostas pelo programa, aquelas que se poderiam operacionalizar de forma mais apropriada e vantajosa, em favor da aquisição de competências, no ensino-aprendizagem dos alunos quanto ao tema aqui abordado.

**PROPOSTA DE UMA UNIDADE LECTIVA PARA O ENSINO SECUNDÁRIO
 UMA EDUCAÇÃO PARA A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA ATRAVÉS DA
 QUESTÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL
 UMA PROPOSTA PARA A TRANSMISSÃO DE VALORES CRISTÃOS NO ENSINO
 SECUNDÁRIO**

Aulas previstas: 5 blocos de 90'

Competências específicas:

- 1.Reconhecer à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.*
- 3.Equacionar respostas à questão do sentido da realidade, a partir da visão cristã do mundo.*
- 9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.*

Operacionalização das competências	Conteúdos	Aula n.º	Experiências de Aprendizagem	Avaliação
<p>1.Questionar sobre o sentido das palavras «ética» e «moral» e a sua relevância para a relação do indivíduo consigo próprio e com os outros, equacionando respostas adequadas. (Comp. 3)</p> <p>2.Interpretar produções culturais sobre diversos tipos de valores, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp. 1 e 9)</p> <p>3.Questionar sobre o direito à vida: problemática do aborto e equacionar respostas fundamentadas. (Comp. 3)</p>	<p>Definição dos conceitos: "Ética" e "Moral"</p> <p>A defesa da vida: a vida desde a sua concepção</p> <p>O Valor da Vida: a questão do aborto como um atentado à</p>	1	<p>Diálogo</p> <p>Visualização de power point Debate</p> <p>Visualização de um filme Debate</p> <p>Leitura e análise de um texto Ficha de trabalho Debate</p>	<p>Observação directa:</p> <p>Empenho Capacidade de expressar opinião fundamentada</p> <p>Participação construtiva e ordenada</p> <p>Fichas de trabalho Entusiasmo em realizar as tarefas propostas</p> <p>Observação directa: Capacidade de expressar opinião</p>

	vida humana			Participação construtiva e ordenada
<p>1.Relacionar o fundamento religioso da ética cristã com os princípios basilares que orientam o agir cristão no cotidiano. (Comp 9).</p> <p>2.Interpretar produções culturais sobre diversos tipos de valores, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp. 1 e 9)</p>	<p>A definição e os vários tipos de valor: valores espirituais (valores lógicos, valores éticos, valores estéticos e valores religiosos) e valores sensíveis (valores hedônicos, valores vitais e valores económicos)</p> <p>Os Valores Éticos e Ética Cristã: o amor a Deus e ao próximo; a realização do reino de Deus; a imitação ou o seguimento de Cristo</p> <p>Os valores nas grandes tradições religiosas</p> <p>Hierarquia de valores</p> <p>Problematização da questão da hierarquia de valores/ Valores Ético-Morais Absolutos ou Relativos</p>	2	<p>Apresentação de um PowerPoint Debate</p> <p>Ficha de trabalho</p> <p>Jogo de Valores</p>	<p>Capacidade de expressar opinião fundamentada</p> <p>Ficha de trabalho</p> <p>Entusiasmo em realizar as tarefas propostas</p> <p>Capacidade de expressar opinião fundamentada</p>
<p>1.Relacionar o fundamento religioso da ética cristã com os princípios basilares que orientam o agir cristão no cotidiano. (Comp 9).</p> <p>2.Interpretar produções culturais sobre as diferentes</p>	<p>Quadros de referência da tomada de decisão</p> <p>O Juízo Moral e a tomada de decisão</p>	3	<p>Apresentação de um PowerPoint Debate</p> <p>Ficha de trabalho</p> <p>Jogo decisões</p> <p>Filme</p> <p>Debate</p>	<p>Capacidade de apreensão da mensagem</p> <p>Capacidade de expressar opinião fundamentada</p> <p>Ficha de trabalho</p> <p>Capacidade de</p>

<p>formas de tomada de decisão, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp. 1 e 9)</p>	<p>Diferentes formas de tomada de decisão</p> <p>Definição do conceito: "Delinquência Juvenil"</p> <p>Comportamentos delinquentes: a importância da escola e da família na sua prevenção</p> <p>O Juízo Moral e a Tomada de Decisão: a Questão da Toxicodependência</p>	<p>5</p>	<p>Leitura e análise de um texto</p>	<p>expressar opinião fundamentada Participação construtiva e ordenada</p>
--	---	----------	--------------------------------------	---

Esta unidade lectiva é a oferta resultante de toda uma reflexão, no contexto da Prática de Ensino Supervisionada, acerca da dignidade da vida humana, do valor da vida à luz da ética cristã. Ao aprofundar a temática sobre o valor da vida, importa também perceber como é que a escola pode contribuir para a formação dos jovens, nomeadamente para a sua educação para os valores, ajudando-os assim na prevenção dos comportamentos delinquentes. Nesse sentido, foi também um objectivo deste estudo abordar com alunos a questão da delinquência juvenil, visto esta não ser mencionada pelo programa de E.M.R.C.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho desenvolvido, procurei que se fizesse uma reflexão sobre a importância do respeito pela vida humana, pela dignidade de cada pessoa. Discuti-se, assim, o respeito e o amor pelo próximo de acordo com a mensagem de Jesus Cristo inserida no Novo Testamento, uma justiça salvífica de Deus que é baseada no amor e na misericórdia, e não no ódio e na vingança. Só Deus é o Senhor da Vida, só ele a pode dar e tirar. Logo, a justiça humana tem o dever de defender a vida e nunca de aplicar penas que ponham em causa a sua supressão e, conseqüentemente, a dignidade da vida humana.

Como este trabalho também se inseria no contexto pedagógico do ensino secundário, pareceu-me importante reflectir sobre a delinquência juvenil, partindo dos estádios de desenvolvimento moral que caracterizam a adolescência para entender os factores que levam os jovens à delinquência e, a partir daí, entender que tipos de pena é que são aplicados aos jovens e quais os que poderiam ser mais ajustados, de modo a contribuir para uma melhor reabilitação e inserção dos jovens na sociedade.

Não seria possível esquecer a importante contribuição da escola neste processo, já que a escola pode ter um desempenho crucial na transmissão de valores aos jovens e, deste modo, contribuir para a diminuição da delinquência juvenil. Destaco algumas das medidas que poderão ajudar na diminuição da delinquência juvenil, as Medidas Tutelares Educativas e os Trabalhos a favor da Comunidade, pois ajudam a criar nos jovens algum tipo de responsabilização e obrigam a esforço, empenho e aprendizagem, contribuindo acima de tudo para a inserção destes, de forma digna e responsável, na vida da comunidade.

O relatório, pelas suas características, define uma tipologia de trabalho em ordem à leccionação, enquadrada por uma reflexão necessariamente delimitada pela extensão definida para este tipo de estudo. Pretendeu-se, assim, apresentar uma reflexão sucinta e não exaustiva da temática escolhida.

O aprofundamento do tema Ética Cristã e Dignidade da Vida Humana inserido na Unidade Lectiva 2: Valores e Ética Cristã veio também permitir aos alunos reflectir sobre algumas questões que não são habitualmente abordadas nesta unidade como:

- a delinquência juvenil;
- o tipo de pena aplicada em casos de delinquência juvenil e qual a mais ajustada;

- a importância do papel da escola na transmissão de valores e o contributo desta na formação dos jovens e na redução da delinquência juvenil.

Este tipo de reflexão também permite perspectivar trabalhos futuros num tema que considero muito pertinente e actual. A dignidade da vida humana, a defesa da vida, é um valor primordial, que jamais pode deixar de ser sustentado e é importante transmitir esta necessidade aos alunos, pois a escola em geral e o professor em concreto têm a obrigação de ajudar os alunos na construção da sua identidade e na sua formação como cidadãos. No caso do professor de E.M.R.C., importa, ainda, contribuir para a formação moral e cristã do aluno, de modo a que este possa contribuir para o bem da sociedade.

APÊNDICES
PLANIFICAÇÃO DAS AULAS LECCIONADAS

Valores e Ética Cristã

10º Ano – Unidade Lectiva 2

Competências Específicas: 1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. 3. Equacionar respostas à questão do sentido da realidade, a partir da visão cristã do mundo. 9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã. 10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano. 23. Interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes.

Gestão e Planificação

Sumário: Valores e Ética Cristã: O Valor da Vida

Lição nº 1

Blocos de Tempo: 1 (90 minutos)

Objectivos (leitura da operacionalizaçã o das competências)	Conteúdos	Estratégias	Tempo	Recursos	Avaliação Formativa
<p>Questionar sobre o sentido das palavras «ética» e «moral» e a sua relevância para a relação do indivíduo consigo próprio e com os outros, equacionando respostas adequadas. (Comp. 3)</p> <p>Interpretar produções culturais sobre diversos tipos de valores, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp. 1 e 9)</p> <p>Questionar sobre o direito à vida: problemática do aborto e equacionar</p>	<p>A Ética e a Moral</p> <p>A perspectiva da tica Crista</p>	<p>Acolhimento Sumário</p> <p>Apresentação de um PowerPoint sobre Valores e Ética Cristã; Valor da Vida.</p> <p>Reflexão sobre os conteúdos programáticos do power point</p> <p>Visionamento do “trailer” do filme “A Odisseia da Vida”. Comentários e partilha sobre o visionamento do filme</p> <p>Leitura e análise do texto “Após um aborto... uma</p>	<p>5´</p> <p>5´</p> <p>20´</p>	<p>Caderno Diário</p> <p>Projector Computador (Anexo 1) Debate</p>	<p>O professor verifica se todos os alunos registam o sumário.</p> <p>O professor observa o interesse e participação dos alunos</p> <p>O professor verifica se os alunos participam no debate com interesse.</p>

<p>respostas fundamentadas. (Comp. 3)</p> <p>Interpretar textos bíblicos sobre orientações éticas fundamentais e reconhecer as suas implicações na vida quotidiana. (Comp. 10, 23).</p>	<p>A defesa da vida: a vida desde a sua concepção</p> <p>O Valor da Vida: a questão do aborto</p>	<p>vida nova”. Reflexão das questões apresentadas.</p> <p>Leitura e análise do texto Bíblico da Mulher Adultera. Reflexão das questões apresentadas.</p>	<p>20´</p> <p>20´</p> <p>20´</p>	<p>Projector Computador (Anexo 2) Debate</p> <p>Ficha de trabalho (Anexo 3) Debate</p> <p>Ficha de trabalho (Anexo 4) Debate</p>	<p>O professor verifica se os alunos acolhem e realizam bem a proposta de trabalho.</p>
---	---	--	----------------------------------	--	---

Síntese: “Todo o homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. *Rm* 2, 14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo o ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário”.

Valores e Ética Cristã
Lição nº 1

10º Ano – Unidade Lectiva 2

POWERPOINT *O Valor da Vida*

Tema: Valores e Ética Cristã

O Valor da Vida

Valores e Ética Cristã

6 slides: Definição de Ética, Moral e Valores. Perspectiva da Ética Cristã.

Valor da Vida

7 slides: O Valor da Vida na perspectiva Cristã

Desenvolvimento:

Através da apresentação dos slides, o professor introduz o tema dos Valores e Ética Cristã, partindo depois para a Defesa do Valor da Vida à luz da tradição Cristã.



“A Vida: um bem supremo”

Valores e Ética Cristã
Lição nº 1

10º Ano – Unidade Lectiva 2



FILME “A Odisseia da Vida”

Tema: Vida intra-uterina

Conteúdos: O filme “A Odisseia da Vida” retrata a maravilhosa história da gestação da vida humana. Relata os nove meses da espectacular aventura, comum a todos nós: A génese da vida humana.

Duração: “Trailer” 20’



(anexo 2)

Valores e Ética Cristã
Lição nº 1

10º Ano – Unidade Lectiva 2



Texto: Após um aborto..., uma nova vida

Uma jovem de dezassete anos foi fazer um aborto fora de Espanha. Uma semana mais tarde, escrevia o que se segue.

Sabes? Há momentos em que me sinto tão ridícula, que me afogo numa gota de água. Sinto-me sozinha e noto em mim uma falta de interesse por tudo o que me rodeia. Sei que não sou a única que passou por isto e também sei que a outras correu tudo muito pior, mas sinto-me tão deslocada, tão indefesa e inútil, tão pequena e inexperiente, que tenho medo de não ter força de vontade suficiente para recomeçar.

Gostaria de te mostrar como me sinto estranha. As noites parecem-me demasiado longas e os dias nunca mais acabam. Basta uma palavra ou um gesto, para sentir que as lágrimas assomam aos meus olhos, mas não posso, não devo chorar, porque teria de dar uma explicação e não quero dá-la. Preciso de ti, pois ainda não assimilei aquilo que realmente fiz. Quando penso que antes, para mim, a realização máxima de uma mulher era ter um filho, sinto-me como uma hipócrita nojenta. Eu que me sentia a rainha do mundo, apercebo-me agora de como tudo é difícil e de como sou muito pequena.

Dizem que o tempo cura as feridas, mas eu sei que, apesar dos anos, há coisas que nunca se esquecerão. Sou apenas uma adolescente, mas tinha sonhos de grandeza e considerava-me uma mulher. A realidade confirmou-me que não passo de uma criança.

Também é verdade que a vida é a melhor das mestras e o caminho percorrido a melhor das lições. Sempre tive a solidão por amiga, mas hoje parece-me que ela é a minha única companhia.

Talvez o silêncio e a recordação de um passado feliz me ajudem a superar a prova que o destino colocou no meu caminho. Agora o meu destino não tem senão um fim: recuperar a alegria de viver, pois a vida é o mais belo de todos os dons do mundo e não se pode rejeitar.

Sim, eu creio que o coração dos homens é a única arma que pode dominar o mundo e afirmo que o amor é a única batalha que tem direito a existir. E sonho com um dia, em que possamos olhar para os filhos reunidos na paz e na felicidade.

Maria G.

(Missão Jovem 108)

- 1) Comentem o testemunho em grupos de dois: que sentimentos provocou em vocês? Que diriam à Maria?
- 2) Qual a vossa opinião sobre a legalização do aborto?
- 3) Que atitudes consideram que deve ter um crente cristão perante a sua vida e a dos outros?
- 4) Vêem alguma relação entre o aborto e a pena de morte? Em que sentido? Há outros atentados contra a vida à vossa volta?

(anexo 3)

Valores e Ética Cristã
Lição nº 1

10º Ano – Unidade Lectiva 2



PASSAGEM DA BÍBLIA

JO 8, 1-11

1 **M**as Jesus foi para o Monte das Oliveiras.

2 Pela manhã cedo voltou ao templo, e todo o povo vinha ter com ele; e Jesus, sentando-se o ensinava.

3 Então os escribas e fariseus trouxeram-lhe uma mulher apanhada em adultério; e pondo-a no meio,

4 disseram-lhe: Mestre, esta mulher foi apanhada em flagrante adultério.

5 Ora, Moisés nos ordena na lei que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes?

6 Isto diziam eles, tentando-o, para terem de que o acusar. Jesus, porém, inclinando-se, começou a escrever no chão com o dedo.

7 Mas, como insistissem em perguntar-lhe, ergueu-se e disse-lhes: Aquele dentre vós que está sem pecado seja o primeiro que lhe atire uma pedra.

8 E, tornando a inclinar-se, escrevia na terra.

9 Quando ouviram isto foram saindo um a um, a começar pelos mais velhos, até os últimos; ficou só Jesus, e a mulher ali em pé.

10 Então, erguendo-se Jesus e não vendo a ninguém senão a mulher, perguntou-lhe: Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? Ninguém te condenou?

11 Respondeu ela: Ninguém, Senhor. E disse-lhe Jesus: Nem eu te condeno; vai-te, e não peques mais.

- 1) Comentem a atitude de Jesus. O que é que Jesus nos ensina com a sua resposta?
- 2) Que valores estão presentes neste texto?
- 3) Qual a vossa opinião acerca da importância do perdão? Comentem partindo da vossa própria experiência.
- 4) Que atitudes consideram que deve ter um crente cristão perante a defesa da vida humana? E que testemunho deve dar acerca do perdão?

PLANIFICAÇÃO DA AULA

Valores e Ética Cristã

10º Ano – Unidade Lectiva 2

Competências Específicas: 1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. 9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã. 10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.

Gestão e Planificação

Sumário: Tipologia de Valores.

Os valores nas grandes Tradições Religiosas.

Lição nº 2

Blocos de Tempo: 1 (90 minutos)

Objectivos (leitura da operacionalização das competências)	Conteúdos	Estratégias	Tempo	Recursos	Avaliação Formativa
<p>Relacionar o fundamento religioso da ética cristã com os princípios basilares que orientam o agir cristão no quotidiano. (Comp 9,10).</p> <p>Interpretar produções culturais sobre diversos tipos de valores, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp. 1 e 9)</p>	<p>A definição e os vários tipos de valor</p> <p>Valores Sensíveis e Valores Espirituais</p> <p>Os valores nas grandes tradições religiosas</p> <p>Hierarquia de valores</p>	<p>Acolhimento Sumário</p> <p>Apresentação de um PowerPoint sobre a tipologia de valores e os Valores nas grandes tradições religiosas Reflexão sobre os conteúdos programáticos do power point</p> <p>Preenchimento e discussão da ficha “Os Valores”</p> <p>“Cartões de Valores”- Cartões com diferentes itens de valores. Através da resposta aos vários cartões, os alunos vão reflectindo sobre as diferentes categorias de valores</p>	<p>5´</p> <p>5´</p> <p>30´</p> <p>20´</p>	<p>Caderno Diário</p> <p>Projector Computador (Anexo 5) Debate</p> <p>Ficha de trabalho (Anexo 6) Debate</p> <p>Cartões de valores (Anexo 7) Debate</p>	<p>O professor verifica se todos os alunos registam o sumário.</p> <p>O professor observa o interesse e participação dos alunos</p> <p>O professor verifica se os alunos acolhem e realizam bem a proposta de trabalho.</p> <p>O professor</p>

	Diferentes itens de Valores		30'		verifica se os alunos participam no debate com interesse.
--	-----------------------------	--	-----	--	---

Síntese: Todas as religiões defendem princípios, regras e valores éticos. As religiões oferecem recursos éticos para que todos possam viver em harmonia com a própria consciência, com os outros, com a natureza e com Deus, promovendo assim, a sabedoria e a santidade de vida.

Valores e Ética Cristã
Lição nº 2

10º Ano – Unidade Lectiva 2



POWERPOINT

Os Valores

Tema: Os Valores

Os Valores

5 slides: Tipologia de Valores

Os Valores nas Grandes Tradições Religiosas

Desenvolvimento:

Através da apresentação dos slides, o professor aprofunda o tema dos valores, iniciado em aulas anteriores, remetendo para a tipologia de valores e para uma abordagem dos valores existentes nas grandes tradições religiosas.



(anexo 5)

Valores e Ética Cristã
Lição nº 2

10º Ano – Unidade Lectiva 2

 Maria Amália
Vaz de Carvalho

OS VALORES...

- ♥ Este é um exercício que tem por objectivo tu perceberes mais claramente os teus valores. Não é uma análise completa e definitiva. Serve apenas para ficares a conheceres-te um pouco melhor.
- ♥ Assinala a importância que dás a cada um destes valores com uma cruz (X), na coluna em que te parece que te situas melhor.

É IMPORTANTE PARA MIM?	NADA	POUCO	MAIS OU MENOS	MUITO	MUITÍSSIMO
AFECTO (amor, amizade)					
ALTRUISMO (ajudar os outros)					
AVENTURA					
BELEZA (expressão)					
CONFORTO					
CORAGEM esforço, determinação					
CONHECIMENTO saber, cultura					
DIVERTIMENTO					
EFICÁCIA (factor prático)					
HONESTIDADE					
HUMOR					
JUSTIÇA (consciência social)					
LEALDADE					
LIBERDADE (autonomia)					
PRESTÍGIO SOCIAL					
POSSES MATERIAIS					
PRAZER sensações agradáveis					
PAZ INTERIOR (equilíbrio)					
PODER (influência, liderança)					
PARTILHA					
RIQUEZA					
REALIZAÇÃO					
RELIGIÃO					
RELIGIÃO (espiritualidade)					

NOME: _____

Valores e Ética Cristã
Lição nº 2

10º Ano – Unidade Lectiva 2



CARTÕES DE VALORES

1. Socialização/ Inter-ajuda

2. Autonomia

3. Lealdade

4. Tolerância/Paz

5. Trabalho

6. Ambientais

1. Socialização/ Inter-ajuda

- Ser bem educado
- Ser bom para os outros
- Perceber que é importante ajudar os outros
-

2. Autonomia

- Ser independente
- Ser capaz de fazer escolhas
- Ser capaz de pôr em prática as escolhas que faz

3. Lealdade

- Dizer sempre a verdade
- Respeitar o que é dos outros
- Ser amigo do seu amigo

4. Tolerância/ Paz

- Perceber que os outros são diferentes de mim e aceitá-los
- Ter paciência para com os outros
- Construir a paz à minha volta

5. Trabalho

- Não desistir facilmente quando surgem quaisquer problemas
- Ser empenhado no trabalho
- Não ser preguiçoso

6. Ambientais

- Não poluir o ambiente
- Cuidar bem da natureza à nossa volta
- Não desperdiçar o que a natureza nos dá

(anexo 7)

PLANIFICAÇÃO DA AULA

Valores e Ética Cristã

10º Ano – Unidade Lectiva 2

Competências Específicas: 1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. 9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã. 10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.

Gestão e Planificação

Sumário: A Tomada de Decisão

Quadro de referências da Tomada de Decisão

Lição nº 3

Blocos de Tempo: 1 (90 minutos)

Objectivos (leitura da operacionalizaçã o das competências)	Conteúdos	Estratégias	Tempo	Recursos	Avaliação Formativa
<p>Relacionar o fundamento religioso da ética cristã com os princípios basilares que orientam o agir cristão no quotidiano. (Comp 9,10).</p> <p>Interpretar produções culturais sobre as diferentes formas de tomada de decisão, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp. 1 e 9)</p>	<p>Quadros de referência da tomada de decisão</p> <p>Diferentes formas de tomada de decisão</p>	<p>Acolhimento</p> <p>Sumário</p>	5´	<p>Caderno Diário</p> <p>Projector</p> <p>Computador (Anexo 8)</p> <p>Debate</p>	<p>O professor verifica se todos os alunos registam o sumário.</p> <p>O professor observa o interesse e participação dos alunos</p>
		<p>Apresentação de um PowerPoint sobre a tomada de decisão</p> <p>Reflexão sobre os conteúdos programáticos do power point</p> <p>Leitura e discussão das histórias “Decisões e Escolhas”</p>	20´		
		<p>“Cartões de Decisões”- Cartões com diferentes tipos de decisões.</p> <p>Através da resposta aos vários cartões, os alunos vão reflectindo sobre a tomada de decisão</p>	30´		
			30´	<p>Cartões de decisões (Anexo 13)</p>	<p>O professor verifica se os alunos participam no debate com</p>

				Debate	interesse.
<p>Síntese: Decidir significa escolher o que está certo num conflito, integrando os conhecimentos relevantes com a utilização das competências necessárias e a análise dos valores envolvidos.</p>					

Valores e Ética Cristã
Lição nº 3

10º Ano – Unidade Lectiva 2



POWERPOINT

Decisões

Tema: A Tomada de Decisão

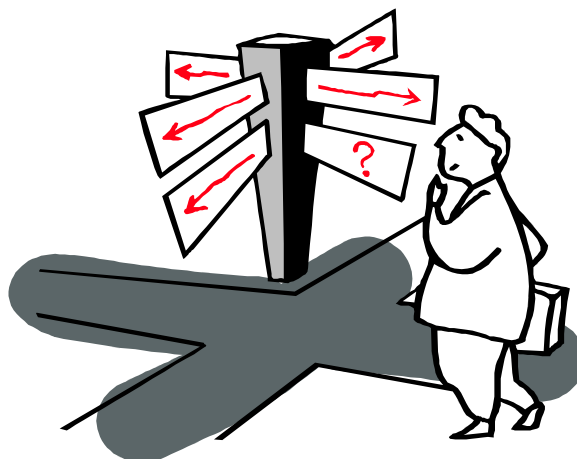
Decisões

3 slides: A Tomada de Decisão

Quadro de referências da Tomada de Decisão

Desenvolvimento:

Através da apresentação dos slides, o professor aprofunda o tema da tomada de decisões, explicitando os vários passos a ter em conta numa tomada de decisão.



Valores e Ética Cristã
Lição nº 3

10º Ano – Unidade Lectiva 2



DECISÕES E ESCOLHAS

ESCOLHAS PLANEADAS

Não existe apenas um modo de entender o planeamento a longo prazo, mas a história que se segue é um exemplo disso.

TAREFA:

Lê a história da Ana e discute as questões com um colega ou com o grupo.

HISTÓRIA DA ANA:

Quando tinha 10 anos, a Ana queria ser astronauta e imaginava a sua nave espacial e os outros astronautas com os quais trabalharia. Aos 14 anos, já tinha abandonado essa ideia e zangava-se quando a sua família lha recordava. Não tinha ideias firmes apenas duas conclusões sobre si própria – uma era que a ciência era o seu principal interesse e a outra, era que gostava de pessoas. Não ajudava muito na altura de escolher a área, mas a Ana garantiu que o agrupamento escolhido no 10º ano, que lhe desse possibilidade de fazer os exames para um curso de ciências no final do 12º ano.

Quando estava a meio do 10º ano, a Ana partiu a perna e ficou internada no hospital durante um tempo. Isto teve um efeito surpreendente nos seus planos profissionais! Apesar de assistir normalmente a séries de televisão passadas em hospitais, nunca tinha tido nenhum interesse especial por essa área. Contudo, depois de falar com os médicos e enfermeiros e de ter visto com os seus próprios olhos, ficou a perceber como é realmente a vida e o trabalho num hospital e isso interessou-a. No 11º ano fez voluntariado num hospital perto de casa. O tempo passou e quando chegou a altura de fazer os exames do 12º ano, a Ana teve excelentes resultados. Durante esse ano visitou diversos hospitais e leu muito sobre medicina...e não teve dúvidas quanto ao curso que escolheria – a medicina! Assim, passados três anos de ter partido a perna, entrou no curso de Medicina na Universidade.

(anexo 9)

QUESTÕES:

- 1- Que tipo de decisão consideram que a Ana fez?
- 2- Consideram que a Ana ponderou e reflectiu na sua decisão?
- 3- Se tivessem no lugar da Ana que passos dariam para a tomada de decisão?

Valores e Ética Cristã
Lição nº 3

10º Ano – Unidade Lectiva 2



DECISÕES E ESCOLHAS

ESCOLHAS AO ACASO

Encontros ocasionais, acontecimentos não planeados e imprevisíveis que afectam as nossas vidas. Qual a importância que devemos dar a esses acontecimentos?

TAREFA:

Lê a história da Joana e discute as questões com um colega ou com o grupo.

HISTÓRIA DA JOANA:

No final de um dia de aulas do 11º ano, quando regressava a casa, a Joana reparou que no chão, ao pé da estrada, estava um embrulho. Pensou que poderia ser perigoso deixá-lo ali por causa dos ciclistas e resolveu tirá-lo do caminho. Quando pegou nele reparou que estava fechado e percebeu que, obviamente, alguém o tinha perdido antes de o entregar numa tipografia local. A Joana decidiu ir entregar o embrulho à empresa, já que ficava próxima da sua casa. Quando lá chegou, o porteiro recebeu o embrulho e tomou nota do nome e morada da Joana.

Ela já se tinha esquecido deste incidente quando, duas semanas mais tarde, recebeu uma carta do Director Executivo da empresa a agradecer o facto da Joana ter entregue o embrulho, já que este continha um trabalho artístico muito importante para a brochura que a empresa estava a produzir. Na carta, O Director convidava a Joana para visitar as instalações da fábrica e ver os seus processos de impressão. A Joana decidiu ir e, durante a visita, teve

QUESTÕES:

- 1- Que tipo de decisão consideram que a Joana fez?
- 2- Consideram que a Joana ponderou e reflectiu na sua decisão?
- 3- Se tivessem no lugar da Joana que passos dariam para a tomada de decisão?

uma longa conversa com o Director do Pessoal na qual falou sobre os seus planos de carreira - nos quais nunca tinha pensado a sério! O Director ficou muito impressionado com as qualidades pessoais da Joana e ofereceu-lhe um estágio para quando terminasse o 12º ano, independentemente dos resultados das provas. Sem hesitar, a Joana aceitou e sentiu que tinha o destino a querer que ela tivesse encontrado aquele embrulho. Ficou muito satisfeita por ter “esperado que algo aparecesse”.

Valores e Ética Cristã
Lição nº 3

10º Ano – Unidade Lectiva 2



DECISÕES E ESCOLHAS

ESCOLHAS POR IMPULSO

As escolhas por impulso baseiam-se num desejo, numa intuição pessoal. Os factores emocionais, por vezes, têm maior peso nestas decisões.

TAREFA:

Lê a história do João e discute as questões com um colega ou com o grupo.

HISTÓRIA DO JOÃO:

O João estava no 12º ano, não porque gostasse de estudar ou planeasse continuar na escola, mas porque queria melhorar as notas dos exames finais. Os seus pais e professores sempre o motivaram a continuar a estudar porque consideravam que ele tinha capacidades para tirar um curso superior. O problema é que o João nunca gostou da escola!

O fim do 2º período estava próximo e o João mal podia esperar pelo dia em que se veria “livre” da escola. Ficou muito entusiasmado quando viu num anúncio, que estava à porta do seu ginásio, a oportunidade de ganhar dinheiro. No anúncio estava escrito:

O João achou que talvez valesse a pena candidatar-se porque era fã da música rock e porque tinha uma boa constituição física para aquele trabalho. Telefonou ao José e combinou um encontro com ele no final do dia. O José achou que o João podia ser útil e empregou-o em part-time, durante uma semana. O João gostou do

ROX ROCKERS

Precisa-se –
Trabalhadores
ocasionais para
Montar Palco e
Equipamento para o
concerto

(Contacto José)
Tel:0934320055

QUESTÕES:

- 1- Que tipo de decisão consideram que a João fez?
- 2- Consideram que a João ponderou e reflectiu na sua decisão?
- 3- Se tivessem no lugar da João que passos dariam para a tomada de decisão?

trabalho e fazia-o bem- montava o palco e todo o equipamento necessário para os espectáculos. No final da semana, vendo que gostava do trabalho e do facto de poder assistir aos concertos sem pagar, perguntou se podia continuar a acompanhar a equipa e a montar os espectáculos. O José concordou imediatamente. O João não regressou à escola até ao final do ano e deixou de achar importante melhorar as suas notas. Com dinheiro no bolso e um sentimento de aventura, sentia-se feliz por se ter tornado “roadie” de uma banda de rock que, na sua opinião estava à beira do sucesso.

Valores e Ética Cristã
Lição nº 3

10º Ano – Unidade Lectiva 2



DECISÕES E ESCOLHAS

ESCOLHAS QUE COMBINAM AS CAPACIDADES PESSOAIS COM OS REQUISITOS DE UM TRABALHO?

Será que a melhor maneira de tomar decisões adequadas acerca da carreira é adequar as qualidades/competências pessoais aos requisitos de um emprego?

TAREFA:

Lê a história do Pedro e discute as questões com um colega ou com o grupo.

HISTÓRIA DO PEDRO:

O Pedro era um aluno muito popular. Gostava de conviver com os colegas e era bom no desporto. Os seus fins de semana eram cheios de actividades sociais e estava sempre a ser convidado para os jogos de vólei e futebol. Ele conseguia gerir as suas actividades de tempos livres, sem deixar que afectassem o rendimento escolar. Na escola interessava-se especialmente pela matemática onde tinha as melhores notas, e era meticoloso e cuidadoso nos seus esforços e apresentação. Era “bom com números”, preciso e persistente. Era, também, confiável, prático e capaz. Os seus pais e professores já tinham falado com ele acerca dos seus planos profissionais, e as opções para a Universidade já tinham sido cuidadosamente escolhidas – as expectativas de que conseguisse bons resultados nas provas eram elevadas! Quando viu aproximar-se o final do 11º ano, o Pedro começou a ficar mais atento aos anúncios dos jornais, procurando oportunidades de trabalho adequadas. Ele pretendia usar as suas capacidades para conseguir arranjar um emprego que lhe desse segurança, por isso ficou muito

QUESTÕES:

1- Que tipo de decisão consideram que a Pedro fez?

2- Consideram que a Pedro ponderou e reflectiu na sua decisão?

3- Se tivessem no lugar da Pedro que passos dariam para a tomada de decisão?

entusiasmado quando encontrou um anúncio para um lugar de estagiário numa firma de contabilidade, nos arredores da cidade. Nessa firma trabalhavam quatro contabilistas mais velhos e experientes que procuravam um jovem com as características do Pedro. O estágio era bem remunerado e as suas referências eram excelentes, por isso, depois de uma entrevista na qual o Pedro deixou uma ótima impressão, ofereceram-lhe a possibilidade de ficar efectivo dependendo dos bons resultados dos exames. Os seus pais ficaram felicíssimos...a combinação era perfeita! O Pedro adaptou-se facilmente ao tipo de trabalho... mas surpreendentemente, no final do mês, entregou o seu pedido de demissão. Tinha percebido que não era aquilo que queria fazer!



CARTÕES DE DECISÕES

UMA VEZ TOMEI UMA MÁ
DECISÃO

UMA DECISÃO QUE TENHAS
TOMADO E QUE TE TENHA
METIDO EM PROBLEMAS

UMA DECISÃO QUE TENHAS
TOMADO E QUE TE DEIXOU
FELIZ

UMA DECISÃO QUE
GOSTARIA DE PODER TOMAR
OUTRA VEZ

UMA DECISÃO QUE TOMEI E
AGRADOU AOS MEUS PAIS

UMA DECISÃO QUE TOMEI E
AJUDOU OUTRA PESSOA

UMA DECISÃO QUE TENHAS
TOMADO EM CASA

UMA DECISÃO QUE TENHAS
DE TOMAR HOJE NA ESCOLA

UMA DECISÃO QUE TENHAS
TOMADO NO AUTOCARRO

PLANIFICAÇÃO DA AULA

Valores e Ética Cristã

10º Ano – Unidade Lectiva 2

Competências Específicas: 8. Relacionar o fundamento religioso da moral cristã com os princípios, valores e orientações para o agir humano, propostos pela Igreja. 9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã. 10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano. 11. Propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.

Gestão e Planificação

Sumário: A Delinquência Juvenil

Lição nº 4

Blocos de Tempo: 1 (90 minutos)

Objectivos (leitura da operacionalização o das competências)	Conteúdos	Estratégias	Tempo	Recursos	Avaliação Formativa
Relacionar o fundamento religioso da ética cristã com os princípios basilares que orientam o agir cristão no quotidiano. (Comp 8,9,10). Interpretar produções culturais sobre as diferentes formas de tomada de decisão, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp.	Definição de Delinquência Juvenil Comportamentos Delinquentes: Causas	Acolhimento Sumário Reflexão sobre o significado de delinquência juvenil Debate a partir da leitura e interpretação das frases sobre o significado e as causas da delinquência entre os jovens Visionamento do “trailer” do filme “O Bom Rebelde”. Comentários e partilha sobre o visionamento do filme	5’ 5’ 20’ 30’	Caderno Diário Ficha de trabalho (Anexo 14) Debate	O professor verifica se todos os alunos registam o sumário. O professor observa o interesse e participação dos alunos O professor verifica se os alunos acolhem e realizam bem a

<p>1 e 9)</p> <p>Propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir da questão da delinquência nos jovens. (Comp.11)</p>			<p>30'</p>	<p>Projector Computador (Anexo 15) Debate</p>	<p>proposta de trabalho.</p> <p>O professor verifica se os alunos participam no debate com interesse.</p>
<p>Síntese: A delinquência Juvenil é uma forma extrema de comportamento anti-social e um padrão de comportamento ilegal cometido por um menor.</p>					

Valores e Ética Cristã
Lição nº 4

10º Ano – Unidade Lectiva 2



Em grupo comentem as seguintes frases e respondam as questões em baixo indicadas:

“ A expressão delinquência juvenil, refere-se aos actos de menores que violam a lei e, por isso, correm o risco de ser acusados ou detidos” (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira & Yule,1995 cit. por Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

“A delinquência juvenil é uma forma extrema de comportamento anti-social e um padrão de comportamento ilegal cometido por um menor. A delinquência juvenil traduz-se assim na violação da lei ou na realização de actos considerados inadmissíveis para crianças ou adolescentes. Estes actos envolvem a destruição ou roubo de propriedade, a prática de crimes violentos contra pessoas, posse ou venda de álcool ou drogas, posse ilegal de armas, e ainda comportamentos que apenas são considerados desviantes para os indivíduos que ainda não atingiram a maioridade, como é o caso da vadiagem ou fuga de casa” (Kelly, Loeber, Keenan & Delamatre,1997; Marcus & Betzer,1996 cit. por Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

- Que factores, na vossa opinião, contribuem para o desenvolvimento das trajetórias delinquentes mais graves?
- Qual a importância da família na génese da violência nas crianças e nos adolescentes?
- Qual a relação entre competências sociais e desajustamento social?
- De que modo pode a escola organizar-se para a minimização das consequências negativas da violência que se manifesta no meio escolar?

(anexo 14)

Valores e Ética Cristã
Lição nº 4

10º Ano – Unidade Lectiva 2



FILME “O Bom Rebelde”

Tema: A Delinquência Juvenil

Conteúdos: O filme “O Bom Rebelde” retrata a história de Will Hunting (Matt Damon) um jovem brilhante, mas tal como os seus amigos, passa os dias de trabalho entre o bar local e a esquadra de polícia mais próxima. Ele nunca entrou numa universidade a não ser como empregado de limpeza do M.I.T. No entanto, tem uma memória fotográfica e uma capacidade inacreditável de resolver problemas matemáticos mais complicados. Com apenas 20 anos, este carismático rebelde não consegue evitar uma sentença de prisão pendente.

Duração: “Trailer” 20’



Que temáticas é que são mencionadas neste filme?

Na vossa opinião Will Hunting poderia ser considerado um delinquente?

Que atitudes poderiam ser reveladoras de um comportamento delinquente?

Consideram que Will Hunting fez uso das suas “brilhantes capacidades”?

Que decisão tomou relativa ao rumo que quis dar à sua vida? O Que levou a toma-la?

(anexo 15)

PLANIFICAÇÃO DA AULA

Valores e Ética Cristã

10º Ano – Unidade Lectiva 2

Competências Específicas: 8. Relacionar o fundamento religioso da moral cristã com os princípios, valores e orientações para o agir humano, propostos pela Igreja. 9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã. 10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano. 11. Propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.

Gestão e Planificação

Sumário: O Juízo Moral e a Tomada de Decisão: a Questão da Toxicodependência

Lição nº 5

Blocos de Tempo: 1 (90 minutos)

Objectivos (leitura da operacionalização o das competências)	Conteúdos	Estratégias	Tempo	Recursos	Avaliação Formativa
Relacionar o fundamento religioso da ética cristã com os princípios basilares que orientam o agir cristão no quotidiano. (Comp 8,9,10). Interpretar produções culturais sobre as diferentes formas de tomada de decisão, de forma a organizar uma visão coerente do mundo, fundada numa visão humanista e cristã da vida. (Comp. 1 e 9)	O Juízo Moral e a Tomada de Decisão na Adolescência A Tomada de Decisão e os Comportamentos Delinquentes: A Questão da Toxicodependência	Acolhimento Sumário Leitura do Resumo do Livro “A Lua de Joana” Debate a partir da leitura do livro (que os alunos leram em casa) sobre o juízo moral e a tomada de decisão e os comportamentos delinquentes na adolescência: a questão da toxicodependência Exposição teórica pelo professor acerca dos Valores éticos e ética cristã Reflexão dos alunos acerca do tema a partir da leitura de frases	5’ 5’ 10’ 30’	Caderno Diário Livro Ficha de trabalho (Anexo 16) Debate	O professor verifica se todos os alunos registam o sumário. O professor observa o interesse e participação dos alunos O professor verifica se os alunos acolhem e realizam bem a proposta de trabalho.

Propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir da questão da delinquência nos jovens. (Comp.11)	Valores éticos e ética cristã:	inseridas na ficha de trabalho	20´		O professor verifica se os alunos participam no debate com interesse.
	-O amor a Deus e ao próximo -A realização do reino de Deus -A imitação ou o seguimento de Cristo		20´		

Síntese: O juízo moral envolve aspectos relacionados com a ética e com a justiça. E aborda questões como, por exemplo, se se justifica a morte de uma pessoa, entre outras. O modo como cada pessoa responde a problemas relacionados com a ética e com a justiça social numa sociedade democrática é determinado pelo nosso sistema de valores.

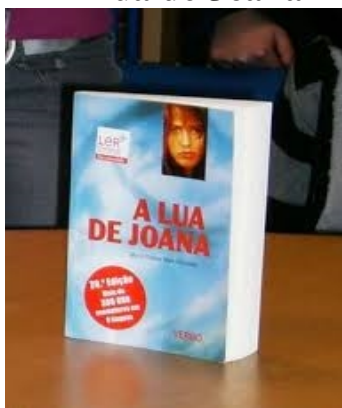
Valores e Ética Cristã
Lição nº 5

10º Ano – Unidade Lectiva 2



Livro

“A Lua de Joana”



Tema: O Juízo Moral e a Tomada de Decisão: a Questão da Toxicodependência

Resumo: Trata-se de uma história de uma rapariga chamada Joana, que perdeu a sua melhor amiga, quando esta se envolveu com as drogas. Joana interrogava-se ao tentar entender o que teria levado a sua amiga Marta a fazer aquilo. Joana era uma rapariga exemplar, na escola e em casa, mas tudo mudou quando ela se envolveu com uma amiga da Marta, a Rita, (a amiga que teria levado Marta a envolver-se com as drogas), e com o próprio irmão da Marta, o Diogo, também vítima das drogas. Devido à morte da sua avó, a pessoa de quem ela mais gostava no mundo e a falta de atenção e de diálogo por parte dos pais, levou a que ela se começa-se a sentir só e as únicas pessoas que, lhe derem atenção, foram a Rita e o Diogo. Ela começou a vender as suas coisas, para conseguir dinheiro, para ajudar Diogo acabando também ela por se envolver com as drogas. Um dia ela olhou-se ao espelho e reparou como tinha mudado, entendendo agora, como, tão facilmente Marta se tinha envolvido com a droga. Joana tentou abandonar as drogas mas, já foi tarde de mais...

Depois da leitura do livro, em grupo, comentem as seguintes frases:

“Então, num momento completamente louco, desvairada, passei-me da cabeça e pedi-lhe para experimentar um bocado, só para ver que efeito aquilo tinha.”

(página 140)

“Vou parar de escrever. Dói-me a mão, dói-me o corpo, dói-me o pensamento.
Dói-me a coragem que não tenho.” (página 143)

“ ...o ano passado, nunca imaginei que fosse tão fácil uma pessoa passar-se para o lado de lá, o lado para onde tu passaste, o lado que eu sabia que era ERRADO!” (página 152)

- O desenvolvimento durante a adolescência obriga a uma importante mudança de perspectiva a nível dos valores, da forma como se tomam decisões e de decisões que envolvem um julgamento moral. A ocorrência destas alterações depende muito da qualidade de experiências educacionais formais e informais.

- Que decisão consideram que a Joana tomou?

-O que a levou a tomar essa decisão?

- Se fossem amigos da Joana o que fariam para a ajudar?

-Que valores é que foram postos em causa na tomada dessa decisão? Como Cristãos que valores poderiam transmitir à Joana?

Elaborem uma reflexão escrita a partir das seguintes frases tendo em conta os seguintes temas:

O amor a Deus e ao próximo/ A realização do Reino de Deus/ A imitação ou o seguimento de Cristo

- “O ser humano é chamado a uma plenitude de vida, que vai muito para além da sua existência terrena, pois consiste na participação da própria vida de Deus, e este chamamento que é feito por Deus revela a grandeza e o valor precioso da Vida Humana. Deus deu-nos a vida para a guardarmos com responsabilidade e a levarmos à perfeição do amor pelo dom de nós mesmo a Deus e aos irmãos, ou seja, o valor sagrado da vida, o valor incomparável de cada pessoa humana, deve ser respeitado desde o seu início até ao seu termo” (João Paulo II, 1995).

- “ouvistes o que já foi dito: amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu porém digo-vos: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt. 5,14-45). S. João menciona a importância do amor ao próximo “amemo-nos uns aos outros, porque o amor vem de Deus, e todo aquele que amou nasceu de Deus e chega ao conhecimento de Deus. Aquele que não ama não chega a conhecer Deus, pois Deus é amor (...) Caríssimos, se Deus nos amou assim, também nós devemos amar-nos uns aos outros” (1 Jo. 4,7-11). E note-se ainda a seguinte afirmação: “Se alguém disser: eu amo a Deus, mas tiver ódio ao seu irmão, esse é um mentiroso; pois aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê”. E nós recebemos dele este mandamento: quem ama a Deus, ame também o seu irmão ” (Yd. 19-21). Sem amor nada somos, logo temos que respeitar os nossos irmãos. Esta é a razão que nos obriga a considerar o nosso amor pelos outros, a amar, a ter respeito pela dignidade da pessoa, é esse o nosso dever de cristãos, é a norma essencial da nossa fé (Rodrigues, 2008).

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
PLANO DE ACTIVIDADES 2010/11 - EDUCAÇÃO MORAL E
RELIGIOSA CATÓLICA

	Actividade	Calendarização
1 P	Visita de estudo à Sinagoga de Lisboa	7 de Dezembro
	Eucaristia de Natal	14 de Dezembro
	Conferência «Educar para a Solidariedade, Lutar contra a pobreza»	16 de Dezembro
2 P		
	Intercâmbio de alunos na Quinta da Broeira	11 de Março
	Diálogo inter-religioso “Voo dos Homens de Deus” com a presença de representantes do Judaísmo, Cristianismo, Islamismo, Ba’hai e Budismo	5 de Abril
	Folha de reflexão «Em sintonia»	publicações ao longo do ano lectivo

(anexo 17)

Actividades

Celebração da Missa de Natal

No dia 14 de Dezembro foi celebrada, pelas 12h, a tradicional Missa de Natal na escola. O Concelho Executivo concedeu tolerância a todos os alunos que quisessem participar na Celebração da Eucaristia, deste modo foram muitos os alunos que participaram nesta celebração.

A Eucaristia foi celebrada pelo Padre José Manuel Pereira de Almeida, e o coro foi animado pelos alunos da escola, em conjunto com um grupo de jovens ligados à congregação Verbum Dei.

Os alunos de E.M.R.C. colaboraram muito e com entusiasmo na preparação da Missa.

A Celebração da Missa de Natal teve como objectivo celebrar o Natal na perspectiva Cristã do Catolicismo, uma vez que a maioria dos alunos da escola são católicos.

Exposição de Natal

Na última semana de aulas do primeiro período, o Núcleo decidiu realizar uma exposição, denominada “Exposição Educar”, que tinha como intuito dar a conhecer os objetivos e a finalidade da Disciplina de E.M.R.C., bem como de criar um espaço de reflexão acerca da importância da educação. A exposição esteve presente na capela da escola, onde foi visitada por alunos e professores, que demonstraram o seu apreço.

Cada vez mais nos dias de hoje se torna importante dar a conhecer a disciplina de E.M.R.C., dado que muitos alunos desconhecem a sua finalidade. Daí que esta exposição tenha sido importante nesse sentido, o de permitir aos alunos e professores tomarem conhecimento da utilidade desta disciplina. Numa sociedade onde assistimos a uma crise não apenas económica, mas também de valores, uma disciplina como a esta, que educa para os valores, que apela à consciência, tem um papel cada vez mais fundamental.



(anexo 19)

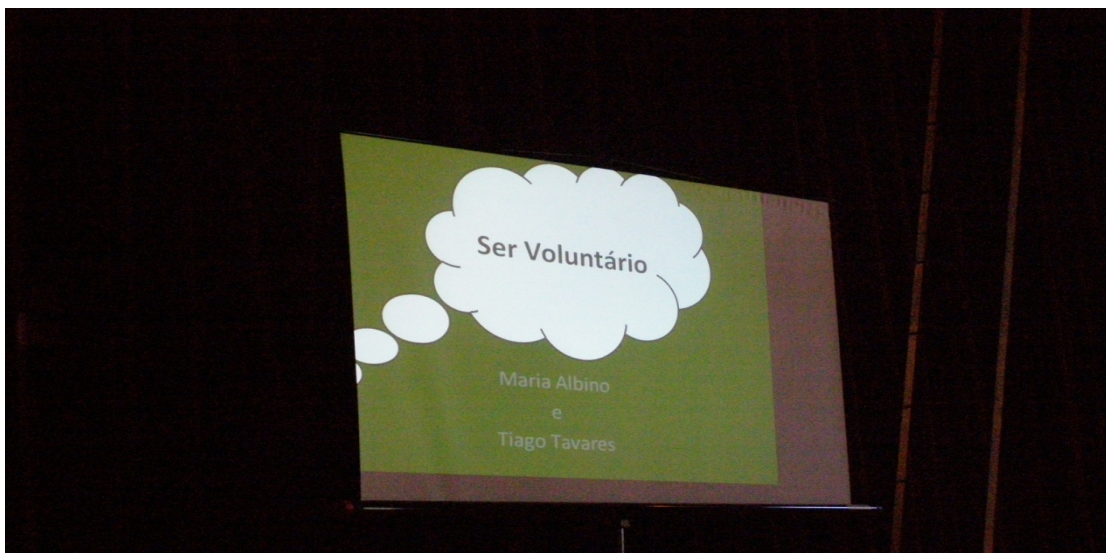
Colóquio

“Educar para a Solidariedade, Lutar contra a Pobreza”

No dia 16 de Dezembro, pelas 10h, foi realizado no salão nobre da escola, um colóquio sobre “Educar para a Solidariedade, Lutar contra a Pobreza”. O colóquio teve como objectivo criar um espaço de reflexão e debate em torno da temática da luta contra a pobreza e da importância das acções de voluntariado. Nesse sentido, fizeram parte dos convidados: um casal que fez uma experiência de voluntariado no Brasil, com crianças desfavorecidas; um jovem que veio falar das finalidades e várias acções desenvolvidas pelo Banco Alimentar; e, para finalizar, um outro jovem que veio representar os jovens sem fronteiras, dando testemunho das várias acções de voluntariado desenvolvidas por este movimento de jovens.

O colóquio teve a adesão de muitos alunos, que estiveram muito motivados e que participaram com muito entusiasmo, mostrando interesse em também eles se envolverem em acções de voluntariado. Os alunos compreenderam que não está apenas nas mãos dos governantes diminuir a pobreza, mas também nas suas. Se cada um deles der o seu contributo, por mais pequena que seja a acção, empreendida, ela já faz a diferença.

Foi muito positivo ver que existem muitos jovens sensíveis ao tema da pobreza e com vontade de fazer algo para a diminuir.



(anexo 20)

Visita de Estudo

Os alunos de E.M.R.C. juntamente com o grupo de Sociologia, no dia 7 de Dezembro realizaram uma visita de estudo à Sinagoga de Lisboa. Na visita estiveram presentes 5 professores e 60 alunos.

A visita de estudo à Sinagoga teve como objectivo, dar a conhecer aos alunos outras religiões de raiz Abraâmica, como é o caso do Judaísmo, no sentido de aprofundar melhor o Cristianismo, e perceber a influência da religião na vida social.

Os alunos e professores acompanhantes foram recebidos amavelmente pela D^a. Esther, que começou a visita por falar do Judaísmo na história de Portugal, referindo depois as diferenças do Judaísmo relativamente ao Cristianismo.

Os alunos mostraram-se interessados e participativos, colocando algumas questões relativas as tradições do casamento na religião Judaica; estes referiram que a visita foi muito interessante, pois permitiu-lhes aprofundar os seus conhecimentos relativos à história do Judaísmo e nomeadamente acerca da história da comunidade de Belmonte, a qual desconheciam.

No final da visita, alunos e professores agradeceram a disponibilidade e a simpatia com que foram recebidos.



(anexo 21)

O Voo Transcendente dos Homens de DEUS

Os Homens desde sempre se interrogaram sobre o sentido da vida; esta questão levou-os a procurar respostas no que existe para além daquilo que se vê, na transcendência. Estas respostas levaram ao aparecimento de religiões – algo que nos leva à Transcendência, que nos ajuda a superar limites e não nos deixa ficar condicionados por eles.

Ao longo da História, a religião é um elemento central da experiência humana, representando um desafio à imaginação sociológica. Práticas religiosas, crenças, rituais pertencem a todas as culturas. A nossa sensibilidade aponta para a convicção do como se busca o eterno e se conciliam os objectivos mundanos.

Os caminhos para alcançar esta transcendência são diferentes, porém há também muitas semelhanças que é preciso conhecer, compreender, acolher e respeitar porque, como reconheceu Andrea Riccardi, fundador da Comunidade Sant’Egídio: *“Podemos viver juntos na paz a partir das energias espirituais. Não é tanto no acordo com o outro que se encontra a força de viver em paz, quanto indo em profundidade na própria fé ou tradição religiosa. É a descoberta (ou redescoberta) da dimensão política da religião, não para engaiolá-la nos jogos, às vezes mentirosos ou estéreis, da diplomacia, mas para deixar que ela expresse todas as suas potencialidades e atinja âmbitos que muitas vezes lhe são vetados por preconceitos ou desconfianças.”*

Objectivos do Debate Inter-religioso:

Domínio Cognitivo:

Conhecer as várias tradições religiosas e a sua influência sociológica.

Analisar o processo de reprodução social e mudança social através do fenómeno religioso.

Domínio das Atitudes:

Respeitar diferenças culturais.

Combater atitudes etno-cêntricas.

Desenvolver atitudes de observação e análise objectivas relativamente a experiências culturais diferentes.

Desenvolver atitudes de cidadania tendentes à integração social e religiosa.

Judaísmo

Foi a primeira religião monoteísta a aparecer. No séc. XIX a.C, Abraão recebe um chamamento de Deus para deixar a sua terra, Ur, e ir para Israel. Aqui se fixa e dá início a uma nova forma de religião — o monoteísmo.

O acontecimento fulcral, para o judaísmo, é a libertação do povo hebreu do Egipto, no séc. XIII a.C., comandada por Moisés. No êxodo, Deus revela-se a Moisés («Eu sou Aquele que sou» - YHWH), falando com ele e fazendo com o povo hebreu uma aliança — o povo terá de cumprir os 10 mandamentos e Deus dar-lhe-á uma terra «donde mana leite e mel» e protegerá sempre o seu povo. Este acontecimento é recordado, todos os anos na festa da *Pessah*.

As tábuas da Lei, com os Mandamentos entregues por Deus a Moisés, foram, mais tarde, guardadas no Templo, construído na cidade de Jerusalém, no ano 1000 a.C., pelo rei Salomão, e posteriormente destruído por três vezes, restando, actualmente, o Muro das Lamentações (é o que resta da última destruição, pelos romanos, no ano 70).

Hoje, o judaísmo é a religião oficial de Israel, tendo este Estado na sua bandeira a estrela do rei David (rei importante para os judeus porque conseguiu a unificação das 12 tribos de Israel, fundando a nação) e tendo como símbolo a Menorah — o Estado de Israel é a luz das nações, como o indica o facto da Menorah estar em frente ao parlamento israelita.

Cristianismo

Ao longo de dois mil anos, Deus foi, progressivamente, revelando-se ao povo hebreu, prometendo-lhe estar sempre com Ele e enviar-lhe um Rei que fosse conselheiro maravilhoso, Deus Forte, Pai para Sempre, Príncipe da paz (Is9, 5).

Esse Príncipe chegou com o nascimento de um menino numa gruta de Belém, no tempo do rei Herodes. Esse menino cresceu, como todos os meninos judeus, rezou em hebraico, na sinagoga, participou nas festas judaicas, mas já em adulto, por volta dos 30 anos, revelou, plena mas progressivamente, a sua identidade — Jesus anuncia um mandamento novo «amai-vos uns aos outros como Eu vos amei» e confiai em Deus que é Pai.

Jesus amou todos sem excepção: curava doentes, leprosos, aproximava-se de pessoas marginalizadas como prostitutas, leprosos, cobradores de impostos,... por tudo isto, foi condenado pelos judeus que o acusaram de blasfemar contra Deus, quebrando o 2º mandamento da Lei dada à Moisés. Foi condenado à morte por crucificação. Morreu,

porém... ressuscitou e apareceu no corpo ressuscitado aos discípulos que com Ele partilharam o anúncio de um novo reino, o reino de Deus.

Os cristãos seguem Jesus Cristo; sem medo, são sal da terra e luz do mundo; tal como Jesus, anunciam o que está mal, lutam pelo bem com as armas do bem, e constroem um mundo mais fraterno em que os seres humanos se ajudem uns aos outros em nome de um bem maior, que é Deus que nos une a todos pelo amor.

Islamismo

O Islão ou Islamismo é uma religião monoteísta que surgiu na Península Arábica, no século VII. Baseia-se nos ensinamentos do profeta Maomé, os quais estão registados no livro sagrado, Alcorão.

Maomé era um comerciante que tinha por hábito jejuar e meditar nas montanhas próximas de Meca. Por volta de 610, com 40 anos de idade, enquanto fazia um desses retiros espirituais nas montanhas, experimentou uma revelação divina. Um ser misterioso ordenou-lhe que recitasse uma frase, a qual viria a ser a primeira revelação do livro sagrado.

Maomé começou a pregar aos habitantes de Meca que deviam acreditar num só Deus e anunciou-lhes que no dia do Juízo Final, cada pessoa seria avaliada pelos actos que praticava. Alguns acreditaram mas outros tornaram-se seus inimigos e fizeram com que Maomé fugisse para Medina – a esta fuga chama-se *Hegira*, aconteceu em 622 e é a data que marca o início do calendário islâmico.

O símbolo do Islão é o *hilal*, também chamado crescente: é uma lua e uma estrela; a lua representa o calendário muçulmano e a estrela Alá.

A ética muçulmana resume-se a nove atitudes: a sinceridade, a moderação, a justiça, o perdão, a reconciliação, a dádiva, o discurso edificador e o olhar atento.

Budismo

Acredita em duas coisas fundamentais: pode acabar-se com o sofrimento das pessoas e o melhor caminho para se o alcançar é o que Buda seguiu e que nos ensinou. Os budistas, à semelhança de Buda, seguem o caminho para alcançar a perfeição. Buda não é deus; é venerado como um ideal de pessoa sábia e cheia de bondade. Os seus ensinamentos são o *dharma*. Buda significa “aquele que alcançou o despertar ou iluminação”, por isso, os budistas desejam alcançar a perfeição espiritual, um estado de paz e harmonia que o faz livrar da dor e do sofrimento. *Buda* podem ser todas as

peessoas que atingem o despertar ou iluminação, quer sejam leigos ou monges.

Siddharta (viveu na Índia nos séculos VI-VaC) foi a primeira pessoa a chegar ao estado de Buda. A felicidade plena e definitiva é o Nirvana; para se alcançá-lo é preciso percorrer um nobre caminho. Buda não deixou nada escrito, foram os seus discípulos que registaram os seus ensinamentos, por escrito, no séc. II a.C. Os textos budistas classificam-se em 3 grupos: sermões, regras monásticas e ensinamentos. Na Índia, centro do budismo, os budistas deslocam-se aos templos para meditar e ouvir os monges; fazem peregrinações a lugares sagrados e oferecem flores e velas às estátuas de Buda.

Baha'i

A Fé Bahá'í é uma religião monoteísta fundada por [Bahá'u'lláh](#), um nobre persa que viveu no século XIX. Os ensinamentos Bahá'ís declaram que Deus é demasiado grande para que os seres humanos O possam compreender, ou obter dele uma mensagem correcta e completa. Desta forma, considera-se que a única forma para conhecer Deus é através dos Seus Mensageiros. As Escrituras Bahá'ís consideram que o ser humano possui uma alma racional, e que isso lhe confere a capacidade única de reconhecer o seu Criador e compreender a relação da humanidade com Deus. Considera-se que todos os seres humanos têm o dever de reconhecer Deus através dos Seus Manifestantes, e obedecer aos seus ensinamentos. Através do reconhecimento e obediência aos Manifestantes de Deus, serviço à humanidade e oração regular, o indivíduo consegue desenvolver as suas potencialidades espirituais. O ensinamento principal de Bahá'u'lláh pode resumir-se na frase "A terra é um só país e a humanidade os seus cidadãos".

Hinduísmo

É a principal religiosidade da Índia. É um conjunto de religiões ou de tendências religiosas, reunindo enorme variedade de crenças e cultos.

Surgiu a partir dos Vedas (1700 a.C.) e não tem fundador. A sua crença centra-se nos deuses, sacrifícios e sacerdotes. Entre 1000 e 800 a.C., a linguagem dos Vedas foi actualizada nos Brâmanes. A religião bramânica divide a sociedade em 4 castas: Brâmanes (sacerdotes), Cxátrias (guerreiros), Vaixias (artífices) e Sudras (servos). Os Párias não têm casta nenhuma. É-se hindu por pertencer a meio social.

Tem ideia vaga de Deus superior, que se manifesta em diversas divindades e tem ideia definida da salvação individual: contemplação individual e amor absoluto a Deus.

Acredita que cada ser humano tem alma individual (*atman*= eu) que antes de atingir a Alma Universal (*Braman*=Deus) tem de purificar-se e adquirir conhecimento necessário através de vidas terrenas; se as acções praticadas em vida forem boas, chegará ao Nirvana; se forem más continua a REENCARNAR.

O símbolo é o OM. É um Mantra altamente positivo que impede sentimentos malévolos e transmuta os pensamentos negativos em seus complementares elevados. É estimulante e ao mesmo tempo tranquilizante. O “OM”, "sílabo sagrada" que representa o próprio nome de Deus. OM é a semente de todos os mantras e o princípio da criação. Foi dele que derivou toda a matéria.

O princípio fundamental é a rectidão – de notar que a Índia é dos países com menos crimes. Este princípio assenta no Código de Manu: 4 pilares (Artha- procurar sustento para si e para a família; Darma – cumprir os deveres morais, religiosos e sociais; Kama- tem obrigação de procriar para continuar a descendência; Moksha – promover a libertação do terno retorno da alma ao mundo) e 3 princípios (Ahimsa – não violência; Karma – o nosso trabalho no mundo; Samsara - somos responsáveis pelo nosso destino).



2- Visita de Estudo à Quinta da Broeira

Visita de Estudo

Os alunos de E.M.R.C. realizaram, no dia 11 de Março, uma visita de estudo à Quinta da Broeira, juntamente com os alunos da Escola Secundária do Restelo e da Escola Secundária de Linda-a-Velha.

A visita de estudo à Quinta da Broeira teve como objectivo o convívio e intercâmbio entre os alunos das várias escolas.

Quando chegamos à Quinta, deparamo-nos com um tempo chuvoso, mas que não impediu os alunos de mostrarem o seu entusiasmo na realização das actividades programadas.

As actividades realizadas na Quinta foram divididas em dois tempos, consistindo as realizadas da parte da manhã em: Rapel, Slide, Ponte dos Himalaias; da parte da tarde, fizeram parte: o Tiro ao Alvo, Gincana e Equitação. Os alunos mostraram-se sempre bastante motivados e entusiasmados com as actividades, embora aquela que lhes despertou um maior interesse tenha sido a equitação.

Os alunos estabeleceram também elos de amizade com os alunos das outras escolas, chegando mesmo a trocarem os contactos telefónicos.

No final da visita, o entusiasmo e a alegria dos alunos eram notórios, manifestando interesse em regressar à Quinta no próximo ano lectivo.



(anexo 23)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F. (2009). *Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade*. Lisboa: Editora Dislivro
- Andrade, J.V. (1992). *Educação Hoje- Os valores na Formação Pessoal e Social*. Lisboa: Texto Editora
- Arends, R. (1999). *Aprender a Ensinar*. Madrid
- Bíblia Pastoral. (1993). São Paulo: Edições Paulistas
- Blásquez, N. (1994). *Pena de Muerte*. Madrid: Gráfica San Pablo
- Carvalho, C. (2011). *Notas sobre o Desenvolvimento Moral e a Educação da Moralidade*.
- Compagnoni, F; Piana, G. & Privitera, S. (1997). *Dicionário de Teologia Moral* (pp.953-959) (pp.1248-1257). São Paulo: Editora Paulus
- Concelho Pontifício “Justiça e Paz”.(2005). *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Cascais: Editora Principia
- Catecismo da Igreja Católica. (1997). Gráfica de Coimbra. Livraria Editrice Vaticana, citta Vaticano para ed. Portuguesa
- Giddens, N. (2010). *Sociologia*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian
- Hernández, M. D. G; Rodríguez, G. R; & Zamora, A. L. (1998). *La construcción de valores en la familia*. In M. J. Rodrigo & Palácios (coords); *Família e Desarrollo Humano* (pp.201-221). Madrid: Alianza Editorial.

- Igreja Católica. *Concílio Ecuménico Vaticano II. Documentos Conciliares.* (1998). Gráfica de Coimbra. Livraria Editrice Vaticana, citta Vaticano, para ed. Portuguesa

- João Paulo II. (1995). *Carta Enc. Evangelium Vitae.* Braga: Editorial A.O.

- Kohlberg, L; & Elfenbein, D. (1975). *The Development of Moral Judgments Concerning Capital Punishment.* 45, 4, 614-639

- Kohlberg, L; & Hersh, R. H. (1977). *Moral Development: A Review of the Theory*, 6, 3, 53-58

- Maia, M.C.E.S. (2011). *Severidade Punitiva. Penas Severas: Um Factor de Dissuasão de um Crime?* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. Retirado da Web, Internet.

- Ordeig, E. G. (2004). *Vida e Morte no Direito Penal.* Brasil: Editora Manole Ltda.

- Piaget, J. (2005). *Le Judgment Moral Chez L'Enfant.* Editora Puf

- Programa de Educação Moral e Religiosa Católica (2007). Secretariado Nacional de Educação Cristã. Lisboa: Gráfica Almedina.

- Rodrigues, B.L. & Carneiro, A.S. (2011). *Direitos Humanos. Textos Fundamentais.* Lisboa: Sociedade Editora

- Rodrigues, A.R. (2008). *A Dignidade da Pessoa Humana e os seus Direitos.* Estoril: Editora Principia

- Sheler, M. (2010). *Eternal in Man.* New Brunswick, NewJersey: Transaction Publishers

- Sprinthall, N.A. & Collins, W.A. (2011). *Psicologia do Adolescente.* Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian